

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CARLOS EDUARDO GOLDBERG

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
EXISTE RELAÇÃO ENTRE A ASCENSÃO DA CHINA NO MERCADO
INTERNACIONAL E O PROCESSO EM CURSO NO PAÍS?**

**Porto alegre
2017**

CARLOS EDUARDO GOLDBERG

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
EXISTE RELAÇÃO ENTRE A ASCENSÃO DA CHINA NO MERCADO
INTERNACIONAL E O PROCESSO EM CURSO NO PAÍS?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Angelica Hernandez Haffner

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Goldberg, Carlos Eduardo

Desindustrialização brasileira: Existe relação entre a ascensão da China no mercado internacional e o processo em curso no país? / Carlos Eduardo Goldberg. -- 2017.

62 f.

Orientador: Jacqueline Angelica Hernandez Haffner.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Brasil. 2. Desindustrialização. 3. China. I. Hernandez Haffner, Jacqueline Angelica, orient. II. Título.

CARLOS EDUARDO GOLDBERG

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
EXISTE RELAÇÃO ENTRE A ASCENSÃO DA CHINA NO MERCADO
INTERNACIONAL E O PROCESSO EM CURSO NO PAÍS?**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jacqueline Angelica Hernandez Haffner – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Eduardo Schonerwald da Silva
UFRGS

Prof. Dr. Andres Ernesto Ferrari Haines
UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora, Jacqueline Angelica Hernandez Haffner, pela cordialidade, disponibilidade, e fundamental auxílio na elaboração do presente trabalho, bem como por suas valiosas contribuições e atenção dispensada.

Agradeço aos meus familiares pelo suporte durante todos os momentos em que precisei.

Agradeço a UFRGS e a todos os professores que me acompanharam nestes cinco anos de aprendizado.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar se há relação entre a ascensão da China no mercado internacional e o processo de desindustrialização em curso no Brasil. Argumenta-se que com o estreitamento das relações sino-brasileiras, a partir de 1993, e no contexto de crescente exposição internacional chinesa, a política externa do gigante asiático passou a empreender esforços para a busca por mercados, como o brasileiro, detentores de matérias-primas consideradas elementos-chave para alimentar o crescimento econômico do país. Nesse sentido, percebe-se a influência da China sobre a pauta exportadora brasileira bem como sobre a estrutura produtiva do país sul-americano. Esta pesquisa é de caráter qualitativo e pretende explicar os fenômenos antes apontados, segundo uma análise teórica e aplicada do fenômeno de desindustrialização. Com relação a metodologia utilizada para desenvolver esta monografia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, embasada em uma contextualização histórica do processo de desindustrialização e nas diferentes formas de visão quanto a sua caracterização e difusão. A fim de delimitar um recorte temporal, procurou-se abordar o período compreendido entre a segunda metade da década de 1980 até o ano de 2016, com a ressalva de que os principais autores que versam sobre a temática da desindustrialização, em termos gerais e, particularmente, sobre o caso brasileiro, apresentam dados que, muitas vezes, não compreendem a totalidade do espaço de tempo escolhido. Como resultado de pesquisa, pode-se notar ao longo deste trabalho que a China foi apenas um agravante do processo vigente no Brasil e não uma de suas causas, dado que a desindustrialização brasileira encontra suas raízes antes do fortalecimento das relações entre os dois países.

Palavras-chave: Brasil. Desindustrialização. Ascensão chinesa. China.

ABSTRACT

This paper's main objective is to investigate if there is a relation between the Chinese rise in the international market and the process of deindustrialization in course in Brazil. It is argued that with the narrowing of Sino-Brazilian relations, as of 1993, and in the context of growing Chinese international exposure, the foreign policy of the Asian giant began to make efforts to search for markets, such as the Brazilian, which contains raw material, that are key elements to fuel the country's economic growth. In this sense, one can see the influence of China on the Brazilian export tariff as well as on its productive structure. This research is qualitative and intends to explain the phenomena mentioned above, according to a theoretical and applied analysis of the deindustrialization phenomenon. Regarding the methodology used to develop this monograph, a bibliographical research was used based on a historical context of the deindustrialization process and the different forms of vision regarding its characterization and diffusion. In order to delimit a temporal cut, the aim was to approach the period from the second half of the 1980s to the year 2016, with the caveat that the main authors dealing with the topic of deindustrialization, in general terms and, particularly, on the Brazilian case, present data that, often, do not comprehend the totality of the time space chosen. As a result, it was noted, throughout the work, that China was only an aggravating factor in the Brazilian's current process and not one of its causes, since the Brazilian deindustrialization finds its roots before strengthening relations between the two countries.

Key Words: Brazil. Deindustrialization. Chinese rise. China.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das exportações brasileiras de 1980 à 2016 (em US\$ bilhões).....	41
Gráfico 2 - Exportações brasileiras por intensidade tecnológica de 1997 a 2016 (em US\$ bilhões)	42
Gráfico 3 - Evolução das exportações Brasil-China de 2000 a 2016 (em US\$ bilhões).....	43
Gráfico 4 - Exportações brasileiras para o mundo e para a China (em US\$ bilhões)	44
Gráfico 5 - Participação dos principais países de destino das exportações brasileiras (em US\$ bilhões)	45
Gráfico 6 - Participação dos principais países de destino das exportações brasileiras (em %)	46
Gráfico 7 - Importações brasileiras por intensidade tecnológica de 2001 a 2014 (em US\$ bilhões)	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DISCUSSÃO À LUZ DE DIFERENTES TEORIAS	12
2.1	A DESINDUSTRIALIZAÇÃO COMO UM PROCESSO NATURAL	12
2.1.1	Rowthorn e Ramaswamy	12
2.1.2	Squeff	14
2.1.3	Nassif	15
2.1.4	Bonelli	16
2.2	A DESINDUSTRIALIZAÇÃO COMO UM PROCESSO DESENCADEADO POR OUTROS FATORES	18
2.2.1	Oreiro e Feijó e Bresser-Pereira e Marconi	18
2.2.2	Palma	19
2.2.3	Silvestre	21
3	O PROCESSO BRASILEIRO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO	25
3.1	SILVESTRE.....	25
3.2	BONELLI.....	27
3.3	NASSIF.....	29
3.4	OREIRO E FEIJÓ	31
3.5	LACERDA.....	33
3.6	BRESSER-PEREIRA E MARCONI	35
4	CHINA E O PROCESSO BRASILEIRO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO	39
4.1	HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA.....	39
4.1.1	Relações comerciais	40
4.2	CHINA E A ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA.....	46
5	CONCLUSÃO	54
	REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

Em meio ao processo de globalização econômica e expansão dos fluxos produtivos internacionais, tem-se observado o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho em que os países em desenvolvimento tendem a ocupar uma posição desfavorável, principalmente no que diz respeito a desvalorização dos termos de troca. Esse cenário, que está em voga desde o final do século XX, tem trazido à tona debates acerca do futuro das economias que se encontram na periferia do capitalismo mundial. A terceirização produtiva, ou seja, a transferência das estruturas industriais de produção de manufaturados para países intensivos em mão-de-obra tem acarretado uma série de efeitos sobre os países periféricos, como a forte concorrência de produtos de baixo custo que competem diretamente com as indústrias nacionais. Um dos temas discutidos é a temática da estrutura produtiva desses países e como essa dinâmica global, que está em vigor, tem influenciado ou afetado sua economia.

A questão da desindustrialização carrega consigo forte relação com a mudança da estrutura produtiva, principalmente no que diz respeito a representação da indústria de manufaturas em relação ao PIB e do total de empregos industriais frente aos demais postos de trabalho na economia dos países. Embora não haja consenso sobre a acepção do termo “desindustrialização”, muitos autores a associam a um processo econômico cujo desenvolvimento foi bem-sucedido, sendo uma ocorrência inevitável do progresso produtivo. Sob essa ótica, parecem concordar com a existência de uma sequência típica do processo de desenvolvimento econômico, em que – em um primeiro momento – há uma queda na participação da agropecuária e outras atividades “primárias” no produto total. Essa queda seria resultado do aumento da produtividade-trabalho no campo e, por consequência da elevação do nível de renda per capita, fazendo com que o excedente de mão-de-obra seja remanejado para os centros urbanos. A redução do peso do setor primário é compensada, inicialmente, pela expansão da indústria e, em menor escala, pelo aumento do setor de serviços. Finalmente, esse último tem sua participação crescente no produto agregado, fazendo com que a indústria perca relevância econômica.

Essas etapas ditas “típicas” do desenvolvimento econômico e, nesse sentido, da desindustrialização, levam em conta a realidade dos países do centro capitalista. Por esse motivo o presente trabalho abarca diferentes abordagens sobre o processo de desindustrialização, tentando enquadrá-lo em uma discussão mais ampla, que possa atingir

países em desenvolvimento, como o Brasil. Em relação a esse último, apontamos que os estudos acerca do processo de desindustrialização foram surgindo de maneira esporádica a partir dos anos 2000, quando, por questões conjunturais da indústria, o crescimento brasileiro passou a se sustentar pela exportação de produtos primários e de baixa intensidade tecnológica, momento em que a indústria nacional encontrava-se enfraquecida. Esse padrão de sustentação por meio de um modelo agroexportador foi característico da economia brasileira até o final do século XIX. No início do século seguinte, a indústria havia tomado a frente do desenvolvimento do país. Entretanto, ao longo das décadas – e por determinantes externos e internos – o Brasil tem retomado, durante o século XXI, o antigo modelo baseado em exportação de produtos primários e alimentos. Nesse sentido, um país tem chamado a atenção no cenário internacional por conta de seu rápido crescimento econômico e voraz demanda por produtos primários: a China.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar se há relação entre a ascensão da china no mercado internacional e o processo de desindustrialização em curso no Brasil e tem como objetivos específicos descrever e discutir as diferentes correntes teóricas sobre a desindustrialização, compreender o processo brasileiro e, por fim, identificar se houve relação entre a ascensão chinesa e a mudança na estrutura produtiva brasileira. Em meio à “indefinição” do conceito de desindustrialização e buscando compreender o processo brasileiro, o presente trabalho pretende contribuir para tal discussão teórica. Tendo em vista a exígua gama de textos acadêmicos, livros e artigos que versam sobre o assunto, acredita-se que o trabalho aqui proposto vem a contribuir para o debate do processo no âmbito brasileiro, assunto proposto por esta monografia.

A hipótese a ser trabalhada é de que a China teria sido apenas um agravante do processo de desindustrialização brasileiro e não sua causa principal. A temática da desindustrialização é controversa e a definição do termo possui muitas acepções. Autores como Rowthorn e Ramaswamy (1997), Oreiro e Feijó (2010), Nassif (2008), Bresser-Pereira e Marconi (2008), entre outros, tentaram encontrar explicações satisfatórias para a ocorrência desse fenômeno chamado desindustrialização. Todavia, por se tratar de um assunto complexo, cujas causas e efeitos não podem ser generalizados, uma análise mais precisa do processo deve ocorrer levando em conta as especificidades de cada economia, ou seja, atribuindo a cada caso suas próprias variáveis.

Levando-se em conta que o presente trabalho possui como objetivo entender o papel da China no processo de desindustrialização brasileira, a fim de contribuir para a discussão

teórica, realizar-se-á uma discussão a respeito da bibliografia existente sobre o processo de desindustrialização. Esta pesquisa é de caráter qualitativo e pretende explicar os fenômenos antes apontados, segundo uma análise teórica e aplicada do fenômeno de desindustrialização. Com relação a metodologia utilizada para desenvolver esta monografia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, embasada em uma contextualização histórica do processo de desindustrialização e nas diferentes formas de visão quanto a sua caracterização e difusão.

A fim de delimitar um recorte temporal, procuramos abordar o período compreendido entre a segunda metade de 1980 até o ano de 2016. Todavia, os principais autores que versam sobre a temática da desindustrialização, em geral e particularmente sobre o caso brasileiro, apresentam dados que muitas vezes não compreendem a totalidade do espaço de tempo escolhido. Sendo assim, encontramos ao longo do trabalho análises baseadas em estatísticas parciais e que, portanto, abrem margem para o debate. No que diz respeito a discussão teórica sobre a desindustrialização, temos como principais expoentes: Rowthorn e Ramaswamy (1997), Squeff (2012), Bonelli (2005), Oreiro e Feijó (2010), Bresser-Pereira e Marconi (2008) e Palma (2005) com a definição clássica a respeito do processo de desindustrialização, o qual estaria relacionado a participação da indústria de manufaturas no total do PIB e no montante de empregos industriais frente a totalidade dos postos de trabalho. Já Nassif (2008), aponta que tal processo está relacionado a mudanças estruturais intra-indústria rumo a setores intensivos em trabalho e recursos naturais e Silvestre (2016) associa desindustrialização com a tendência de a produção industrial desocupar o centro do processo da acumulação capitalista, o qual estaria centrado em bens intangíveis.

Em relação à organização do trabalho, além desta introdução, ele ainda está dividido em três capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo tratará de diferentes visões acerca do conceito de desindustrialização e estará subdividido em duas sessões. A primeira trará autores que percebem o fenômeno da desindustrialização como um processo natural, como resultado de um processo econômico bem-sucedido. Já a segunda colocará em pauta autores que concebem esse processo como sendo desencadeado por outros fatores, os quais serão analisados no decorrer do trabalho. O segundo capítulo versará sobre o processo brasileiro de desindustrialização, trazendo para a discussão percepções distintas sobre a origem e as causas desse fenômeno. Já o terceiro capítulo tratará das implicações chinesas sobre o processo de desindustrialização brasileiro e estará dividido em duas seções. A primeira, por sua vez, será subdividida em duas partes. No primeiro momento, tratará de uma breve análise do histórico das relações sino-brasileiras. Em um segundo, momento analisará especificamente as relações

comerciais entre o Brasil e China, apresentando dados que embasarão a segunda metade do capítulo, a qual se encarregará da discussão teórica acerca da ascensão chinesa no cenário internacional e sua possível relação com as mudanças na estrutura produtiva brasileira. Finalmente, na última seção, serão retomados os principais pontos explorados ao longo do trabalho à guisa de uma conclusão.

2 DESINDUSTRIALIZAÇÃO: DISCUSSÃO À LUZ DE DIFERENTES TEORIAS

A definição de desindustrialização não é algo consolidado na literatura da academia. O conceito “clássico” criado por Rowthorn e Ramaswamy (1997) gira em torno da contínua queda da participação do emprego industrial frente ao total de empregos de uma região ou país. Para os autores, o processo de desindustrialização é resultado de um desenvolvimento econômico bem-sucedido e uma ocorrência inevitável desse progresso, em que o emprego no setor industrial é gradualmente substituído pelo emprego no setor de serviços, principalmente por conta da alta produtividade industrial- haja vista o incremento tecnológico e a facilidade de standardização da produção. Os autores levaram em consideração a realidade dos países chamados desenvolvidos, ou economias avançadas, para a conceituação de desindustrialização, motivo pelo qual ela se torna parcial e é questionada por outros autores. Este capítulo tratará de diferentes visões acerca desse conceito, com o intuito de trazer ao debate teórico substrato que embase o presente trabalho.

2.1 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO COMO UM PROCESSO NATURAL

A desindustrialização é vista por muitos autores como um processo natural, resultado de uma economia pujante e de um processo de desenvolvimento avançado. Todavia, por balizarem suas análises por meio de países cuja economia é avançada e se encontra em próspero grau de desenvolvimento, acabam por deixar inexplicada a ocorrência do fenômeno em países que não se encontram no centro do capitalismo mundial. Assim, analisaremos abaixo alguns dos principais expoentes dessa corrente de pensamento.

2.1.1 Rowthorn e Ramaswamy

Para Rowthorn e Ramaswamy (1997), a desindustrialização pode ser definida como um fenômeno caracterizado pela retração do nível de emprego no setor de manufaturados frente aos demais setores da economia, principalmente o de serviços. Sem negarem o papel dos níveis de elasticidade-renda da demanda¹ por produtos manufaturados no decorrer do desenvolvimento econômico, os autores retomam uma importante hipótese para tentar

¹ O termo elasticidade-renda da demanda se refere à variação da demanda em função da renda, ou seja, o quanto a demanda aumenta ou diminui dado cada nível de renda.

explicar o fenômeno da desindustrialização: a ideia de que o nível de produtividade-trabalho do setor de manufaturas é maior do que o nível de produtividade-trabalho do setor de serviços. Essa hipótese centra-se no argumento de que o ritmo mais acelerado de crescimento produtivo do setor de manufaturas vis-à-vis os demais setores da economia, provoca redução dos preços relativos dos produtos industrializados, levando a um forte estímulo à demanda desses produtos – compensando o fator elasticidade-renda. O ritmo intenso da produtividade do setor de manufaturas pode ser compreendido pela introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra.

Ainda segundo Rowthorn e Ramaswamy (1997), os principais pontos explicativos do processo de desindustrialização são:

- a) a variação da produtividade-trabalho, capaz de explicar as mudanças dos preços relativos;
- b) correlação entre o nível de renda per capita e a participação da indústria no PIB, em que a participação da indústria tende a diminuir quando o nível de renda per capita aumenta;
- c) o turning-point (ponto de inversão) do nível de renda per capita, a partir do qual as forças da desindustrialização começam a atuar. Esse ponto é definido pelos autores como sendo próximo de US\$ 8.300,00;
- d) a elevação do investimento em capital fixo, que tende a aumentar a participação dos produtos manufaturados no PIB;
- e) a tendência de uma maior participação relativa ao emprego do setor de manufaturados no emprego total nos estágios inicial e intermediário do desenvolvimento econômico, havendo subsequente redução dessa participação conforme o aumento da renda per capita.

Desta forma, podemos concluir que: A introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra eleva o nível de produtividade-trabalho do setor de manufaturas, fazendo com que a produção aumente de tal forma que os preços caiam significativamente. Com preços reduzidos, e dado certo nível de renda per capita, a demanda por esses produtos é estimulada, compensando o fator elasticidade-renda. A mão-de-obra, antes empregada no setor industrial, se desloca – de forma natural- para o setor de serviços, reduzindo a participação do emprego industrial no total empregado, configurando a desindustrialização.

2.1.2 Squeff

Squeff (2012), segue a linha de Rowthorn e Ramaswamy (1997) ao colocar a desindustrialização como um processo natural do desenvolvimento econômico. O autor afirma que no início do processo de desenvolvimento, a agricultura responde por uma alta participação no total de empregos e no valor adicionado à economia. Passados alguns anos, a agricultura começa a perder espaço para o setor industrial, cuja participação aumenta, também, devido a redução dos serviços. Por último, o setor de serviços passa a crescer e responder pela maior parte dos empregos totais e valor adicionado à economia. Neste sentido, Squeff (2012) afirma que:

No que concerne especificamente à indústria de transformação, disseminou-se na literatura o termo curva em formato de U invertido para descrever essa trajetória de aumento e posterior redução de participação no valor adicionado/emprego total. Nestes termos, a desindustrialização ocorre naturalmente. (SQUEFF, 2012, p. 9).

O autor menciona oito grandes grupos que sumarizam as diversas causas da ocorrência do processo de desindustrialização, a saber:

- a) mudança na composição setorial do emprego e do valor adicionado à economia, dado o processo de desenvolvimento econômico;
- b) diferenças de produtividade, em que a indústria tende a ser mais produtiva do que os demais setores da economia, levando a uma queda nos preços relativos dos produtos manufaturados e a uma menor participação, a longo prazo, na composição do PIB em relação aos setores de menor produtividade. Essa queda nos preços estimularia ainda mais a redução da participação da indústria e a substituição de manufaturados por serviços;
- c) a elasticidade-renda dos produtos manufaturados, ou seja, a relação entre o aumento de renda e consumo de manufaturados, ser elevada em países considerados pobres e baixa em países considerados ricos. Esse aspecto explicaria o aumento da participação da indústria no emprego em países pobres e a diminuição em países ricos;
- d) terceirização de diversas atividades, antes realizadas dentro da indústria, para empresas prestadoras de serviço. Essa tendência, segundo o autor, seria responsável por parte da queda da participação industrial na economia, o que não passaria de um artefato estatístico para comprovar a ocorrência do processo;

- e) a elevada terceirização da mão de obra para países em desenvolvimento, cujas taxas de câmbio costumam ser desvalorizadas – tornando as exportações mais competitivas- e normalmente fornecem mão de obra barata, configuram a nova divisão internacional do trabalho, a qual prejudica o emprego industrial nos países desenvolvidos;
- f) a questão dos investimentos, responsáveis pela aquisição de maquinário e melhoria das instalações industriais, afeta diretamente a participação dos produtos industriais na demanda total, aumentando ou diminuindo a participação do setor no emprego e produto total, dependendo do montante investido;
- g) mudanças na orientação política da economia, a exemplo do Consenso de Washington (1989)² cujas normativas de liberalização econômica e desregulamentação financeira acabaram reduzindo, prematuramente, o setor manufatureiro de alguns países;
- h) a questão da “doença holandesa³”, associada a especialização na produção de recursos naturais é um empecilho ao processo de industrialização. (SQUEFF, 2012)

Ao elencar esses pontos, Squeff (2012) tenta explicitar as principais causas que levam os países a se desindustrializarem, passando por questões macroeconômicas como a nova divisão internacional do trabalho, fruto da terceirização da mão-de-obra para países em desenvolvimento, como por questões estruturais da indústria, a exemplo da composição setorial do emprego e diferenças de produtividade.

2.1.3 Nassif

Nassif (2008), segue a mesma linha de Squeff (2012) e Rowthorn e Ramaswamy (1997) ao mencionar que a desindustrialização em economias avançadas não seria algo

² O consenso de Washington foi um conjunto de medidas criadas em 1989 com a intenção de difundir a conduta econômica neoliberal nos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. O “receituário” desenvolvido por economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, entre outros, tinha como objetivo a promoção do ajustamento macroeconômico de países que passavam por dificuldades.

³ A doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p.7)

indesejável, mas uma consequência do dinamismo natural apresentado por esses países. Retoma as ideias que embasam o termo curva em formato de U invertido quando afirma:

[...] países de renda muito baixa contam com maior participação relativa dos setores primários no PIB, mas à medida que alcançam níveis médios de renda per capita essa participação majoritária é transferida para o setor industrial. Quando alcançam finalmente níveis elevados (e sustentáveis) de renda per capita, a perda de participação do setor industrial no produto agregado e, principalmente, no emprego total é transferida para o setor de serviços. (NASSIF, 2008, p. 74-75)

Todavia, para Nassif, a desindustrialização não seria um processo de perda de importância da indústria no emprego e no valor adicionado, mas de uma mudança estrutural intra-indústria rumo a setores intensivos em trabalho e recursos naturais. Quando colocado dessa maneira, o conceito de desindustrialização fica amalgamado ao conceito de “doença holandesa”, tornando-os indistinguíveis. Contudo, esse ponto vai de encontro aos argumentos de Bresser-Pereira e Marconi (2008) e Oreiro e Feijó (2010) de que a desindustrialização pode ocorrer mesmo na ausência de doença holandesa, como mencionaremos ao longo deste capítulo.

2.1.4 Bonelli

Bonelli (2005) compartilha a ideia de que a desindustrialização pode ser caracterizada pela redução sistemática e de longo prazo do peso da indústria na economia. Assim como Rowthorn e Ramaswamy (1997), Nassif (2008) e Squeff (2012), o autor entende que o processo de desenvolvimento econômico segue um processo cuja sequência natural passa pela sistemática das curvas em “U” invertido, ao mencionar que:

[...] países que passam por processos de crescimento econômico, a atravessar uma sequência típica tal que, primeiro tem-se uma queda na participação da Agropecuária e outras atividades “primárias” no produto total. A queda resulta do aumento da produtividade no campo e ocorre com expulsão de mão de obra para o meio urbano. Essa redução do peso do setor primário é compensada inicialmente por forte expansão da Indústria — que é o que caracteriza o crescimento via industrialização — e, em menor medida, pelo aumento dos Serviços. Posteriormente é esse setor que vê crescer sua participação de forma lenta, mas contínua, no produto agregado. (BONNELI, 2005 p. 2)

Dessa forma, a evolução das estruturas econômicas, de diversos países, seguiria padrões de longo prazo muito semelhantes ao longo do processo de desenvolvimento. Bonelli (2005) destaca dois fatores que exemplificariam essa similitude:

- a) as modificações nos padrões de gastos a cada nível e distribuição da renda familiar per capita, ou seja, as elasticidades de consumo em relação à renda e;
- b) o papel da difusão internacional do conhecimento e informação na padronização da produção e consumo, bem como o progresso tecnológico que seriam até certo ponto comuns dentro de países com níveis semelhantes de renda per capita – fenômeno que teria sido acelerado pelo processo de globalização da informação, produção e finanças.

O autor, no que concerne à variação da renda per capita e o correspondente consumo de bens industrializados, aponta que:

Dependendo do país, o peso da indústria também pode diminuir com o passar do tempo, em função seja do grau de desenvolvimento — na medida em que o consumo de bens industrializados passa a crescer mais lentamente quando a renda per capita ultrapassa certo nível —, seja da política econômica geral e, em especial, da política comercial. Essa evolução típica caracteriza tanto a evolução do produto quanto do emprego. Nesse último caso, a fase de perda de participação relativa da indústria é denominada — especialmente no caso dos países de industrialização avançada — de desindustrialização. (BONNELI, 2005, p. 2-3)

Além de associar a desindustrialização com a redução da participação da indústria em relação ao PIB, Bonneli (2005) menciona que esse processo vem acompanhado da redução do emprego industrial. Essa redução dos postos de trabalho no setor industrial pode ocorrer, segundo o autor, em função de diversos fatores, como:

- a) o aumento da produtividade industrial;
- b) concorrência de produtos importados (como o caso dos produtos oriundos da China);
- c) terceirização da produção para outros países com a subsequente migração de mão-de-obra para o setor de serviços.

Nesse sentido,

Mudanças nos padrões de comércio, com parte da produção antes gerada nos países da OCDE sendo suprida por países em desenvolvimento caracterizados por vantagens competitivas, em geral, mas não exclusivamente, associadas (temporariamente) à utilização de mão de obra de baixo custo e a uma taxa de câmbio muito desvalorizada; a concorrência dos produtos importados por parte de países em desenvolvimento — o caso mais notável sendo o da China, cujo crescimento da produção e do volume de comércio têm permitido contínua penetração em mercados como o dos EUA e outros países da OCDE — é fenômeno frequentemente citado como origem da desindustrialização. (BONNELI, 2005, p.4)

Assim, Bonneli (2005) vincula elasticidade-renda demanda, padronização da produção e consumo, terceirização da mão-de-obra e concorrência dos produtos importados com o nível de emprego industrial e, por consequência, ao processo de desindustrialização.

2.2 A DESINDUSTRIALIZAÇÃO COMO UM PROCESSO DESENCADEADO POR OUTROS FATORES

Em uma abordagem mais ampla sobre a temática da desindustrialização, os autores abaixo apresentam diferentes formas e causas desse processo. Nesse sentido, o caráter explicativo acerca desse fenômeno se expande, dando embasamento teórico para uma melhor compreensão de sua ocorrência em países que, não necessariamente, se encontram no centro capitalista mundial.

2.2.1 Oreiro e Feijó e Bresser-Pereira e Marconi

Oreiro e Feijó (2010) definem desindustrialização como a perda do valor adicionado pelo setor industrial no total da economia. Colocam que uma economia não se desindustrializa quando a produção oriunda do setor industrial declina ou se mantém estagnada, mas sim quando esse setor perde sua importância como fonte de geração de empregos e valor adicionado à economia. Para Oreiro e Feijó (2010), a mera expansão “em termos de quantum” da produção industrial não seria capaz de comprovar a inexistência de desindustrialização. A proposição de que a capacidade produtiva não está diretamente associada à desindustrialização questiona a base conceitual de Rowthorn e Ramaswamy (1997). Além disso, colocam que a desindustrialização não é sinônimo e não vem necessariamente acompanhada de uma “reprimarização da pauta exportadora”, como explicado a seguir.

Em confluência com as ideias de Bresser-Pereira e Marconi (2008), Oreiro e Feijó (2010) explicitam que a participação da indústria no emprego e valor adicionado na economia podem diminuir caso haja transferência das atividades manufatureiras mais intensivas em trabalho e/ou com maior valor agregado para o exterior. Nesse sentido, Bresser-Pereira e Marconi (2008) afirmam que a desindustrialização pode ser positiva ou negativa. A primeira se daria caso viesse acompanhada por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor adicionado a pauta exportadora. Já a segunda estaria relacionada a “reprimarização da pauta exportadora”, caracterizada pelo direcionamento das

exportações a produtos primários, commodities ou manufaturas de baixo valor agregado/ conteúdo tecnológico.

Essa segunda modalidade poderia ser sintoma de ocorrência de “doença holandesa”, ou seja, um processo de desindustrialização ocasionado pela descoberta de recursos naturais escassos em determinado país ou região, levando a apreciação real da taxa de câmbio. Bresser-Pereira e Marconi (2008) denominam a desindustrialização ocasionada pela “doença holandesa” como desindustrialização precoce, haja vista que se iniciaria a um nível de renda per capita inferior ao observado em países desenvolvidos quando eles iniciaram o seu processo de desindustrialização. Dessa forma, os países que sofrem de desindustrialização precoce não teriam alcançado o chamado “ponto de maturidade” de suas estruturas industriais, ou seja, não teriam esgotado as possibilidades de desenvolvimento econômico viabilizadas pelo processo de industrialização.

Nesse sentido, tanto Oreiro e Feijó (2010) quanto Bresser-Pereira e Marconi (2008) compreendem a desindustrialização como a redução da participação da indústria no emprego e no valor adicionado à economia. Além disso, ambos os autores compreendem o efeito da terceirização da mão-de-obra sobre o emprego industrial. Entretanto, Bresser-Pereira e Marconi (2008), apesar de compartilharem do pensamento de Oreiro e Feijó (2010), de que a desindustrialização não é sinônimo e não vem, necessariamente, acompanhada da “reprimarização da pauta exportadora”, aprofundam a análise ao dividirem o processo de desindustrialização em positivo, quando produtos de maior valor tecnológico são incorporados à pauta exportadora, e negativo quando se refere a “reprimarização da pauta exportadora” e possível sinal de doença holandesa.

2.2.2 Palma

Palma (2005) segue a linha de que a desindustrialização seria fruto da redução da participação do emprego industrial frente ao total de empregos da economia. O autor inicia sua análise a partir do final da década de 1960 e tem como prioridade explicar a ocorrência desse processo em países desenvolvidos. Ele menciona que a literatura que versa sobre a temática da desindustrialização aponta diversas hipóteses a fim de explicar a redução do emprego industrial nos países industrializados. Todavia são postas em destaque quatro delas:

- a) a hipótese de que a queda do emprego industrial seria uma “ilusão estatística” causada pela realocação de mão-de-obra industrial para o setor de serviços

- (limpeza, transporte, vigilância, recrutamento, design), que seriam terceirizados pelas indústrias por meio de empresas especializadas;
- b) hipótese relacionada a elasticidade-demanda do setor industrial, que tenderia a não contratar um novo funcionário apenas por conta da redução do custo/preço da mão-de-obra;
 - c) a hipótese da diferença de produtividade setorial – já mencionada por outros autores, como Rowthorn e Ramaswamy (1997) e Squeff (2012) - em que a grande capacidade produtiva do setor industrial, em comparação aos demais setores da economia, levaria ao desemprego nesse setor e subsequente migração para outros setores como o de serviços e;
 - d) hipótese de que uma nova divisão internacional do trabalho, em que países em desenvolvimento ocupariam um papel estilo montagem, intensivo em mão-de-obra, em uma complexa cadeia de valores operada por corporações transnacionais multiprodutos. Essa nova cadeia seria nociva para o ao emprego industrial em países industrializados, principalmente pela “preferência” ao uso de mão-de-obra não qualificada (PALMA, 2005).

Dessa forma, Palma (2005) identifica que a desindustrialização está relacionada a redução da participação do emprego industrial em comparação ao emprego total e ressalta hipóteses que buscam explicar o porquê do fenômeno de queda da participação da mão-de-obra do setor de manufaturas frente aos demais setores industriais. Não obstante, o autor – tendo em vista a insuficiência explicativa das hipóteses supracitadas – busca compreender quais seriam as fontes do processo de desindustrialização, identificando, na literatura, quatro delas:

a) uma relação de “U” invertido entre o emprego industrial e a renda per capita. O fenômeno do “U” invertido é referente ao processo de desenvolvimento econômico, onde a renda per capita aumenta, em um primeiro momento, junto com o emprego industrial para subsequentemente se estabilizar e por fim declinar;

b) uma relação inversa entre emprego industrial e renda per capita. Essa fonte de desindustrialização sugere que o fenômeno do “U” invertido não seria estável ao longo do tempo, mas constantemente declinante (principalmente em países de média ou alta renda). Sendo assim, haveria uma taxa de redução do emprego industrial setorial associada a diferentes níveis de renda per capita;

c) a existência de um ponto de inflexão na curva em “U” invertido que corresponderia a um determinado nível de renda per capita que levaria a redução do emprego industrial. O autor questiona esse ponto ao ressaltar que a queda no emprego industrial de países industrializados teve início no final da década de 1960, muito antes desses países atingirem determinado ponto de inflexão da curva. Palma (2005) associa a queda no emprego industrial desses países a elevada produtividade do setor industrial, o qual teria sido responsável pela realocação da mão-de-obra para outros setores da economia;

d) o papel da doença holandesa na desindustrialização. (Palma, 2005)

O autor percebe que as diferentes abordagens, que pretendem explicar a fonte do processo de desindustrialização, não podem ser encaradas de forma individual, mas como um conjunto entrelaçado. Nesse sentido, o autor coloca que: “A desindustrialização, portanto, não é simplesmente o resultado de um único processo (a existência de uma relação estável de U invertido entre o emprego industrial e a renda per capita), mas uma consequência da interação de quatro fenômenos distintos.” (PALMA, 2005, p. 7).

Diferentemente de Bresser-Pereira e Marconi (2008) que caracterizam essa doença como sendo fruto da descoberta de recursos naturais em determinado país, ocasionando a apreciação real da taxa de câmbio, Palma (2005) associa esse fenômeno a busca de superávits comerciais relacionados a outros setores que não o industrial.

Em relação à doença holandesa, o autor compreende que:

[...] o fenômeno da doença holandesa não se limitou àqueles países industrializados que descobriram recursos naturais, mas também ocorreu em países que desenvolveram setores importantes de exportação de serviços, como turismo (por ex., Grécia, Chipre e Malta) e serviços financeiros (por ex., Suíça, Luxemburgo e Hong Kong, SAR). (PALMA, 2005, p.19)

Dessa forma, superávits comerciais em serviços (principalmente turismo e finanças), produtos primários e até mesmo por conta de mudanças de diretrizes político-econômicas, como no caso da América Latina - capazes de compensar o déficit comercial industrial - seriam fontes de doença holandesa e, portanto, poderiam levar à desindustrialização.

2.2.3 Silvestre

Para Silvestre (2016) a desindustrialização indica a tendência da produção industrial – imediata – desocupar o centro do processo de acumulação capitalista, ou seja, um movimento

em direção tanto à estagnação da indústria manufatureira como centro dinâmico da acumulação capitalista, quanto o aumento da produção de mercadorias intangíveis, primordialmente serviços, no conjunto da produção capitalista. Em uma análise voltada para os países em desenvolvimento, em especial o Brasil, o autor relaciona o processo de desindustrialização ao contexto histórico de recessão da década de 1970 e subsequente mudança na postura do capitalismo norte-americano. Nesse sentido, com o esgotamento do modelo de acumulação rígida⁴, o capital monopolista dos Estados Unidos da América e seus aliados teriam articulado uma estratégia política global, denominada globalização econômica, com base na reestruturação da produção, financeirização da riqueza⁵ e disseminação do neoliberalismo na economia mundial. Assim:

O conceito de globalização econômica é determinado, em primeiro lugar, pela expansão dos fluxos produtivos internacionais, associada à estratégia competitiva das empresas transnacionais (ETNs), a partir da crise estrutural do capital nos anos 1970. Em segundo lugar, pela expansão dos fluxos comerciais internacionais, provenientes da abertura econômica na maioria dos países desde a década de 1980. E, em terceiro lugar, através da expansão dos fluxos financeiros internacionais decorrentes da desregulamentação dos serviços financeiros e da adoção de regimes cambiais flutuantes a partir da retomada da hegemonia americana desde a década de 1990. (SILVESTRE, 2016, p.13)

Silvestre (2016) ressalta a importância do papel da financeirização da riqueza no processo de desindustrialização, haja vista que a financeirização subordinaria e condicionaria o crescimento do capital industrial ao processo de valorização financeira, de realocação e reestruturação espacial do capital industrial⁶. Assim, esse movimento conduziria a busca de vantagens competitivas em países e regiões mais favoráveis a acumulação do capital industrial e, de forma concomitante, impulsionaria a revolução nas tecnologias de informação e digitalização das atividades econômicas, as quais implicariam a concentração e

⁴ Esse novo SFI (sistema financeiro internacional) atende a lógica da acumulação financeira e da dominação territorial do poder, na medida em que subordina as moedas nacionais ao regime monetário arbitrado pelos interesses geopolíticos dos Estados Unidos e multiplica a riqueza financeira global através do regime dólar-flexível, com o apoio do estado norte-americano, que arbitra o câmbio das moedas nacionais, promove ativamente a abertura das economias nacionais e incentiva a convergência das políticas macroeconômicas. [...] O país que emite moeda padrão internacional, por não estar sujeito as restrições da balança de pagamentos, controla a expansão da liquidez e da demanda internacional, influenciando decisivamente a divisão internacional do trabalho. (SILVESTRE, 2016, p.118)

⁵ Em termos gerais, financeirização da riqueza está relacionada à dinâmica D-D' sem passar por P, onde D (dinheiro inicial) se torna D' (dinheiro inicial mais dinheiro adicional) sem passar pelo setor produtivo (P). De forma mais simples, a financeirização da riqueza está relacionada a investimentos a juros, títulos e outros mecanismos de multiplicação da renda, sem que haja aumento do produto e/ou investimentos em capital industrial.

⁶ Como fontes de financiamento das empresas e do governo, em substituição aos bancos, os fundos de 'investimento' e outras instituições do capitalismo financeiro desconsideram as estratégias de crescimento das empresas, exigem uma rentabilidade elevada no curto prazo, dificultando os investimentos de longo prazo.

centralização de uma estrutura de serviços financeiros, bancários e corporativos nos países-centro do sistema capitalista.

Esse processo originou três movimentos distintos na economia mundial, todos voltados para favorecer a acumulação do capital em escala global e sob o domínio do capital financeiro: de financeirização, de terceirização e de realocação das atividades econômicas, sob a liderança dos EUA, que tem afetado respectivamente o regime de acumulação do capital, a estrutura da produção e do emprego na economia mundial e a divisão internacional do trabalho. Em conjunto, esse movimento internacional do capital, a partir do núcleo em direção a periferia do sistema capitalista, também está intimamente associado [...] ao processo de desindustrialização da economia brasileira. (SILVESTRE, 2016, p. 20-21)

O autor coloca como principais atores desse movimento de realocação das atividades econômicas (determinante de uma nova divisão internacional do trabalho (DIT)), valorização financeira e reestruturação espacial do capital industrial, as empresas transnacionais (ETNs).

As ETNs são companhias que produzem e comercializam bens e serviços em diversos países. Através do IDE⁷, essas companhias controlam e gerenciam filiais localizadas fora de sua base territorial. Elas ascendem de firmas nacionais para corporações transnacionais usando o IDE, join ventures e alianças estratégicas, para explorar e desenvolver as suas vantagens competitivas e “compartilhar” os custos da inovação tecnológica. (SILVESTRE, 2016, p. 36)

Segundo Silvestre (2016), as ETNs se utilizariam do investimento direto estrangeiro (IDE) para executar a estratégia política chamada globalização econômica. Desde a década de 1970, tem-se observado uma maior concentração de IDE no setor de serviços (primeiramente nos países da OCDE e, a partir da década de 1980, em países da periferia). Essa concentração do capital no setor de serviços, em detrimento da acumulação do capital industrial, seria uma característica da desindustrialização que acompanha as transformações estruturais do capitalismo. Para o autor, o termo desindustrialização aponta, “[...] tanto uma tendência à estagnação da indústria da manufatura como centro dinâmico da acumulação capitalista quanto o aumento da produção de mercadorias intangíveis, especialmente de serviços, no conjunto da produção capitalista.” (SILVESTRE, 2016, p. 126).

Em suma, o processo de desindustrialização associado à estratégia de globalização econômica e desencadeado pela crise estrutural do capital na década de 1970 envolveria dois processos:

⁷ IDE ou investimento direto estrangeiro faz menção ao capital dinheiro oriundo do exterior, que será aplicado na estrutura produtiva de um país terceiro. Essa aplicação pode ocorrer de várias maneiras, como pela criação de novas empresas e/ou via participação acionária em empresas existentes.

a) a redistribuição do capital industrial ao redor do globo, determinado por vantagens locais, ou seja, elementos necessários para atrair o maior número de fábricas e empresas em determinado lugar/país, como permissividade das leis e mão-de-obra barata, por exemplo, e;

b) a desmaterialização da produção capitalista, explicada pelo atual regime de acumulação financeira, o qual está associado ao desenvolvimento tecnológico. (Silvestre, 2016).

Ao longo desse capítulo, foram tratadas importantes correntes teóricas acerca da temática da desindustrialização. Apesar de grande parte da literatura relacionar o processo de desindustrialização a redução da indústria no total de empregos e valor adicionado à economia, a exceção de Nassif (2008), que atribui esse processo a mudanças estruturais intra-indústria rumo a setores intensivos em trabalho e recursos naturais e Silvestre (2016) que define desindustrialização como a tendência de a produção industrial desocupar o centro do processo de acumulação capitalista, o qual estaria centrado em bens intangíveis, percebemos que não há um consenso em relação às causas do processo de desindustrialização, ou seja, observa-se na literatura que os autores até aqui apresentados convergem em alguns pontos de análise e em outros divergem.

3 O PROCESSO BRASILEIRO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Os estudos sobre a desindustrialização brasileira foram surgindo de maneira esporádica a partir de meados dos anos 2000, quando – por uma questão conjuntural da indústria- o crescimento econômico brasileiro começou a ser sustentado pela exportação de commodities e não mais pela, já enfraquecida, indústria nacional. Assim como na seção anterior, onde mencionamos que o conceito de desindustrialização não é algo consolidado na literatura da academia, assim o é o processo brasileiro de desindustrialização, não havendo uma explicação teórica unânime e abrangente para o fenômeno, tanto interna quanto externamente. A fim de melhor o compreendermos, este capítulo tratará de diferentes visões acerca do processo brasileiro.

3.1 SILVESTRE

De acordo com Silvestre (2016), a desindustrialização é um fenômeno associado à liberalização da economia e à globalização econômica, que encontrar-se-ia em curso desde a década de 1980 na economia brasileira. Nesse sentido, o fenômeno da desindustrialização não estaria centrado na sobrevalorização cambial¹ decorrente da política de estabilização monetária iniciada na década de 1990. Para o autor, a primeira etapa do processo de desindustrialização brasileiro fora desencadeada, ainda durante a década de 1980, pelo deslocamento dos Investimentos diretos estrangeiros (IDE) - cuja expansão teria sido considerável dada a internacionalização produtiva - para países com maior estabilidade macroeconômica e engajados com as diretrizes liberais de desregulamentação dos mercados e abertura comercial. De acordo com o autor, “Tendo em vista as dificuldades internas do país durante a “década perdida”², o curso dos investimentos estrangeiros desencadeia a primeira

¹ A sobrevalorização cambial é um processo onde a moeda nacional sofre apreciação, ou seja, se valoriza frente às demais moedas estrangeiras de forma intensa. No caso mencionado por Silvestre (2016), a sobrevalorização cambial teria ocorrido em função da política de estabilização monetária iniciada na década de 1990, mais precisamente o Plano Real. Essa política estava baseada no princípio da âncora cambial, ou seja, somente seria permitida a emissão de moeda nacional quando houvesse entrada de moeda estrangeira na economia e no tripé macroeconômico: metas de inflação, bandas cambiais e superávit primário. Com o mecanismo da âncora cambial associado aos superávits primários, houve uma maior oferta de moeda estrangeira na economia, fazendo com que essas moedas se depreciassem frente ao Real.

² A “década perdida” brasileira é associada aos anos 1980. Em decorrência do endividamento causado durante o regime militar (1964-1985) em função do processo de desenvolvimento centrado no modelo de substituição de importações e, apesar do chamado “milagre econômico” da década de 1970, as tentativas dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) se mostraram falhas, deixando o país em meio a uma crise econômica, com elevados níveis de desemprego, descontrole inflacionário, desequilíbrio da balança comercial, aumento da

etapa do processo de mudança estrutural da base produtiva nacional” (SILVESTRE, 2016, p. 5.).

A continuidade do processo, a partir da década de 1990, teria sido desencadeada pela integração produtiva e financeira da economia brasileira ao padrão de acumulação capitalista dos países avançados, em conjunto com a elevada concorrência interna e externa.

Nesse sentido, o autor afirma que:

A partir da década de 1990, com a liberalização financeira e a abertura comercial, o processo de desindustrialização da economia brasileira avança consideravelmente, através do aprofundamento da financeirização das atividades econômicas e da abrupta intensificação da concorrência interna e externa, causada pela integração econômica ao padrão de acumulação capitalista dos países avançados. Desde então, o país tem observado a consolidação do processo de desindustrialização, impulsionado pela financeirização da riqueza e redistribuição geográfica da indústria em escala global, de acordo com as oportunidades e prerrogativas da acumulação capitalista. (SILVESTRE, 2016, p. 5)

Ainda de acordo com Silvestre (2016) a indústria brasileira tem se tornado refém da concorrência internacional do capital comercial, produtivo e monetário tanto por conta das políticas de estabilização dos anos 1980, como as políticas de liberalização e integração econômica da década de 1990, quanto pela deterioração das contas externas e subordinação da indústria nacional ao receituário neoliberal do Consenso de Washington (1989), com seus pressupostos e políticas para a globalização econômica.

Em termos gerais, Silvestre (2016) enquadra o caso brasileiro no contexto do que o autor denomina “ditadura do capital financeiro”, ou seja, pelo exercício da coerção e do poder monetário internacional. Dessa forma, a desindustrialização não seria o resultado do movimento natural e espontâneo próprio do capital, mas um movimento induzido pelo capital financeiro, o qual teria colocado a indústria sob o domínio das finanças. A subordinação de países periféricos, como o Brasil, aos interesses dos países centrais teria, segundo o autor, levado ao:

[...] declínio constante das atividades produtivas em benefício da acumulação financeira, centralizando e concentrando o poder econômico e político nas mãos de um número reduzido de atores estatais e não-estatais, ao invés de universalizar e homogeneizar a riqueza capitalista [...] As expectativas de industrialização e modernização nas regiões atrasadas e periféricas do sistema econômico mundial foram substituídas pela convicção neoclássica de que o desenvolvimento dos países retardatários exigia a adesão ao livre comércio, a estabilização e homogeneização dos preços pela via dos mercados desregulados, globalizados e competitivos. (SILVESTRE, 2016, p. 114-115)

dívida externa e submissão diante das exigências e diretrizes econômicas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim, Silvestre (2016) afirma que a trajetória recente do capitalismo teria aprofundado as desigualdades do sistema econômico internacional, entre os países centrais e periféricos. Os efeitos, nas últimas décadas, do processo de liberalização e globalização econômica teriam sido: “[...] devastadores para as economias periféricas” (SILVESTRE, p. 113). A intensificação da concorrência, da concentração da riqueza financeira, junto a crises cada vez mais frequentes em mercados globais desregulados, que desestimulam investimentos produtivos e o emprego industrial, teriam elevado a diferença entre as trajetórias de crescimento econômico dos países centrais e periféricos. Para o autor, a trajetória recente do capitalismo teria submetido os países periféricos, como o Brasil, a: “[...] uma verdadeira ‘tirania financeira’.” (SILVESTRE, 2016, p. 114), perenizando as desigualdades.

3.2 BONELLI

Bonelli (2005), ao associar o processo de desindustrialização à redução da participação da indústria no emprego e no valor agregado à economia, descreve o processo brasileiro por meio de três períodos onde houve redução do emprego industrial. O primeiro, do final de 1986 ao início de 1991, seria de estagnação produtiva, em grande parte relacionada à recessão do governo Fernando Collor de Mello. Segundo o autor, esse momento teria se caracterizado pela pequena absorção líquida de mão-de-obra, apesar das fortes flutuações da produção e da produtividade da mão-de-obra.

O segundo período compreenderia praticamente a década de 1990 como um todo, mesmo com variações de desempenho na indústria. Durante os anos de 1990, observou-se significativa perda de postos de trabalho, o que se deveu a forte instabilidade macroeconômica e às mudanças experimentadas pela indústria, como: novas técnicas de gerenciamento da produção, modernização das técnicas produtivas, introdução de processos como o *just in time*, modificações no layout das empresas, racionalização e novas técnicas de aquisição de matérias primas. Junto a isso, temos o processo de abertura comercial que também alterou a estrutura produtiva da indústria- implicando elevados ganhos de produtividade com pouca absorção de mão-de-obra- o processo de terceirização, que fez com que as empresas brasileiras buscassem meios de economizar mão-de-obra e o processo de privatizações que, em diversos setores, teria aumentado a produtividade e permitido a dispensa de parte dos trabalhadores previamente empregados. Bonelli (2005) afirma que nessa

etapa só houve absorção de empregos quando as taxas de crescimento da produção foram muito elevadas.

Já o terceiro período, após a desvalorização cambial de 1999³ e a instabilidade a ela associada, está relacionado a uma nova mudança no padrão de absorção de mão-de-obra. O autor afirma que, de 1999 em diante, a indústria teria absorvido mão-de-obra sempre que a taxa de produção industrial aumentou a taxas acima de 3,5% ao ano. Houve dispensa de trabalhadores toda vez que o crescimento foi inferior à taxa supracitada, dessa forma:

Isso implica uma produtividade pró-cíclica, mas apenas para taxas de crescimento da produção acima de certo nível. Os resultados sugerem que esse nível era muito alto nos anos 1990, mas diminuiu substancialmente nesse começo do século XXI. Assim, a desindustrialização só ocorrerá, a médio prazo, se a taxa de crescimento da produção industrial fosse persistentemente baixa. (BONELLI, 2005, p. 18)

Ademais, o autor aponta o crescente grau de informalidade dos postos de trabalho como forte barreira ao crescimento industrial e aos ganhos de produtividade. A expansão dos trabalhos informais estaria, em grande parte, associada à presença de pequenas empresas e aos custos de obedecer às normas e legislações, principalmente o não pagamento de impostos sobre o custo do trabalho. Quando uma firma se torna informal, o incentivo para investir em capital físico e humano se torna pequeno, além de haver dificuldades no acesso a crédito. Nesse caso, as firmas informais impactam a produtividade e produção por conta do menor uso de capital humano, quando comparadas às demais firmas. Segundo Bonelli (2005), a composição do emprego informal no interior da indústria estaria concentrada nos setores de vestuário e acessórios, com 62% de empregos informais, no setor de produtos têxteis, com 56% de postos de trabalho informais, setor de alimentos e bebidas, com 40%, e produtos de metal (38%).

Em 1990, o emprego formal na produção correspondia a 47,3% da ocupação industrial total. Essa participação declinou paulatinamente até chegar em 27,6% da ocupação total no ano de 2003. No mesmo período, a ocupação total na economia sofreu queda de 7,3% em 1990 e 3,5% em 2003. O autor ressalta que o número de pessoas empregadas na produção caiu 45,5% entre 1990 e 2003, ao passo que o emprego total, incluindo o informal, sofreu

³ O processo de desvalorização cambial de 1999 está relacionado a adoção de um regime de câmbio flutuante pelo Banco Central. Ao invés das bandas cambiais estabelecidas pelo tripé macroeconômico, o governo decidiu abandonar o câmbio semifixo sobrevalorizado (mantido por altas taxas de juros e baixo gasto público) e realizar uma abertura econômica que favoreceu os setores importadores em detrimento dos exportadores. Com a saída de moeda estrangeira, por conta das importações, a oferta dessas moedas diminuiu, fazendo com que o Real se depreciasse.

queda de 6,6%. Ponderando as informações referentes aos períodos em que houve redução do emprego industrial e levando em consideração os dados sobre informalidade dos postos de trabalho e seu papel na produtividade e produção, Bonelli (2005) sugere que a desindustrialização parece estar limitada ao período posterior a 1990.

3.3 NASSIF

Nassif (2008), ao analisar o caso brasileiro sob a ótica clássica de desindustrialização de Rowthorn e Ramaswamy (1997), coloca que a partir da segunda metade dos anos 1980 se observou significativa mudança na evolução da estrutura produtiva brasileira. Apesar de ter preservado de forma relativamente estável, entre 1973 e 1985, a participação da indústria em relação ao PIB (em média 30,7% ao ano) e de alcançar participação recorde em 1986 (32%), a indústria de transformação começou a perder gradativamente sua participação no fluxo global de riqueza do país. No início da década de 1990, em meio ao processo de liberalização comercial, a participação da indústria de transformação em relação ao PIB havia se reduzido a 22,7%.

Assim, Nassif (2008) menciona que:

Cabe ressaltar, de todo modo, que, pelo menos enquanto tendência, a retração expressiva da participação da indústria de transformação no PIB foi um fenômeno basicamente restrito à segunda metade dos anos 1980. De fato, ao menos como tendência, essa queda contínua foi interrompida ao longo da década de 1990, quando o peso do setor no PIB se manteve em torno de uma média anual de 22% (contra 29,8% na década anterior, após ter alcançado 32,1% em 1986) (NASSIF, 2008, p. 84)

O autor afirma que as mudanças ocorridas na segunda metade de 1980 não teriam a ver com desindustrialização na acepção clássica do termo na literatura econômica, bem como a percepção de desindustrialização precoce em relação ao estágio de desenvolvimento econômico do país. Para Nassif (2008), a queda na participação da indústria no PIB antecedeu as reformas estruturais – liberalização comercial, privatizações, liberalização financeira - ocorridas na década de 1990.

Ao comparar os fatores microeconômicos internos e externos que costumam explicar a desindustrialização nos países do centro da economia capitalista (rápido aumento da produtividade do setor de manufaturas em relação ao setor de serviços, uma vez alcançando o ponto de inversão da curva em U invertido, “turning-point”, relativo a renda per capita e a

pressão da concorrência de produtos importados) com o caso brasileiro, o autor afirma que esse processo parece estar relacionado à queda de produtividade industrial nos anos de 1980, em um cenário de alta inflação e estagnação econômica. Segundo Nassif (2008), durante a primeira metade de 1990, as taxas médias de crescimento anual da produtividade do trabalho foram positivas, mas não conseguiram se manter após 1999. Esses aspectos, aliados a forte queda do investimento bruto na economia, foram impeditivos a recuperação da participação da indústria no PIB.

Dando continuidade à sua investigação sobre o processo brasileiro, dado que para o autor a análise sob a ótica clássica de desindustrialização não teria sido suficiente para identificar desindustrialização no Brasil, Nassif (2008) busca averiguar a existência de “doença holandesa”, ou seja, o processo de especialização na produção de recursos naturais abundantes que levaria um país a não se industrializar ou se desindustrializar, inibindo o processo de desenvolvimento econômico, conforme definição de Bresser-Pereira e Marconi (2008). Com o intuito de comprovar a existência, ou não, de “doença holandesa” no Brasil, o autor se propõe a analisar as mudanças na estrutura interna da indústria e o padrão de especialização da economia.

Segundo Nassif (2008):

Assim sendo, para que a hipótese de desindustrialização manifestada pelos diversos focos da “nova doença holandesa” seja válida para o caso brasileiro, uma parte expressiva dos segmentos que constituem as indústrias com tecnologia intensiva em escala⁴, diferenciada⁵ e baseada em ciência⁶ deverá mostrar, simultaneamente, perda de participação no valor adicionado e nas exportações totais da indústria. (NASSIF, 2008, p. 86)

Dessa forma, o autor afirma que os setores com tecnologias intensivas em escala, diferenciada e baseadas em ciência possuem maior sofisticação tecnológica em seus processos produtivos, maiores efeitos multiplicadores de renda e emprego e capacidade de produzir e difundir inovações para o restante da economia. Para Nassif (2008), os setores com tecnologia diferenciada e baseada em ciência seriam os principais responsáveis pela maximização de

⁴ Indústrias com tecnologia intensiva em escala são caracterizadas pela indivisibilidade tecnológica, cujo principal diferencial competitivo é a possibilidade de explorar ganhos ao produzir em escala, ou seja, como nem sempre é possível comprar equipamentos com um tamanho exato para produzir a quantidade de produto exatamente necessária, possíveis subutilizações do equipamento podem servir para uma futura expansão produtiva.

⁵ Indústrias com tecnologia diferenciada são caracterizadas pela alta diversificação da oferta e alta capacidade de inovação produtiva. Nessas indústrias os bens são fabricados para atender a diferentes padrões de demanda.

⁶ Indústrias baseadas em ciência, ou *Science-based*, são caracterizadas pela rápida aplicação da pesquisa científica às tecnologias industriais. Essas indústrias possuem atividades inovadoras com elevados gastos de pesquisa e desenvolvimento e alto poder de difusão sobre todo o sistema econômico.

ganhos de produtividade nas economias e pela sustentação do crescimento econômico no longo prazo. Segundo o autor, o setor com tecnologias intensivas em escala correspondia a 35,78% do valor adicionado a indústria em 1996, passando para 35,61% em 2004. O setor com tecnologia diferenciada correspondia a 12,98% em 1996 e 10% em 2004. Já o setor baseado em ciência representava 4,69% do valor adicionado em 1996 e 4,54% em 2004. Assim, o autor descarta a hipótese de desindustrialização ocasionada por “doença holandesa”, dado que os valores dos setores considerados chave se mantiveram relativamente inalterados no período considerado.

3.4 OREIRO E FEIJÓ

Oreiro e Feijó (2010) afirmam que no processo de desindustrialização brasileiro podemos observar duas posições claramente definidas: A primeira estaria relacionada aos chamados “novo-desenvolvimentistas”, defensores da tese de que o Brasil passa por um processo de desindustrialização nos últimos vinte anos. Para esse grupo a desindustrialização ocorreria pela combinação do processo de abertura financeira, valorização dos termos de troca e câmbio apreciado. A segunda posição seria a dos chamados “economistas ortodoxos” que acreditam que a apreciação do câmbio, resultante das transformações passadas pela economia nas últimas décadas, favoreceu a indústria ao permitir a importação de maquinário e equipamentos de tecnologia avançada, os quais possibilitaram a modernização do parque industrial brasileiro e a expansão da própria produção industrial, sem haver efeitos negativos sobre a indústria.

Como vimos na sessão anterior, Oreiro e Feijó (2010) compreendem a desindustrialização como a redução da participação da indústria no emprego e no valor adicionado à economia. Os autores, de certa forma, parecem corroborar com conclusões como a de Nassif (2008) de que, por conta da manutenção de uma participação relativamente constante da indústria em relação ao PIB na década de 1990 (22%) e dos setores industriais com tecnologia intensiva, diferenciada e baseada em ciência terem sua participação no valor adicionado à indústria praticamente inalterada entre 1996 e 2004, não teríamos base para comprovar a existência de desindustrialização, ao mencionarem que:

Em outras palavras, uma economia não se desindustrializa quando a produção industrial está estagnada ou em queda, mas quando o setor industrial perde importância como fonte geradora de empregos e/ ou de valor adicionado para uma determinada economia. (OREIRO; FEIJÓ, 2010, p. 221)

Todavia, Oreiro e Feijó (2010) questionam o argumento de Nassif (2008) de que não poder-se-ia falar que o Brasil teria passado por um processo de desindustrialização haja vista a inexistência de um processo generalizado de mudança na realocação de recursos produtivos e no padrão de especialização dos setores com tecnologia diferenciada, intensiva em escala e baseada em ciência para indústrias baseadas em recursos naturais e em trabalho. Nesse sentido, os autores reafirmam que Nassif (2008) parece confundir os conceitos de desindustrialização e “doença holandesa”, dado que a desindustrialização pode ocorrer independentemente de haver uma reprimarização da pauta produtiva, como mencionado anteriormente.

Oreiro e Feijó (2010) acreditam que a desindustrialização brasileira é um processo inequívoco e que a economia brasileira teria passado por esse processo nas décadas de 1980 e 1990 tanto em termos de participação do valor adicionado como de emprego. O processo de desindustrialização brasileiro teria ocorrido por conta do baixo investimento na economia como um todo e principalmente no setor industrial. Para os autores, esse processo fora significativamente negativo para o crescimento da economia brasileira, pois estaria relacionado a transferência de recursos e trabalhos industriais para setores menos produtivos. Oreiro e Feijó (2010) corroboram com as ideias de Bonelli (2005) ao mencionarem que o aumento da competição externa e interna, causado pela abertura comercial e financeira, o processo de privatização de diversos setores industriais e a sobrevalorização da taxa de câmbio no período de 1995 a 1998, foram as causas da perda relativa da participação da indústria em relação ao PIB.

Segundo os autores, o debate sobre a temática da desindustrialização no Brasil parece restringir-se – nos principais veículos de comunicação- a análise do comportamento industrial após a mudança do regime cambial de 1999, especificamente de 2004 a 2008, período em que houve crescimento do valor adicionado da indústria à economia em comparação aos anos compreendidos entre 1995 e 1999. Oreiro e Feijó (2010) mencionam que os economistas ortodoxos se utilizam de um artifício metodológico (a mudança da metodologia de cálculo do PIB implementada pelo IBGE no primeiro trimestre de 2007, a qual inviabiliza a comparação entre séries históricas da participação do valor adicionado da indústria no PIB nos períodos anteriores e posteriores a 1995) para afirmarem a inexistência de dados que comprovem o processo de desindustrialização no Brasil. Contudo, segundo Oreiro e Feijó (2010), os dados

relativos às taxas de crescimento da indústria de transformação, nos últimos 15 anos, sinalizam a contínua perda de importância relativa da indústria brasileira.

Em sua análise sobre a “doença holandesa”, definida por Oreiro e Feijó (2010) como desindustrialização ocasionada pela apreciação cambial, cujo resultado é a valorização dos preços das commodities e produtos naturais no mercado internacional, os autores sugerem que há fortes indícios de o processo brasileiro de desindustrialização estar a ela relacionado. Oreiro e Feijó (2010) colocam que no período entre 1992 e 2007, o saldo da balança comercial de commodities passou de US\$ 11 bilhões (1992) para US\$ 46,8 bilhões (2007), demonstrando crescente superávit. Já a indústria de manufaturados teria passado de um superávit de US\$ 4 bilhões (1992) para um déficit de US\$ 9,8 bilhões (2007). Esses dados apontam para um aumento da participação das commodities e uma redução da participação dos manufaturados na balança comercial no período de 1992 a 2007, demonstrando sinais significativos de “doença holandesa”.

3.5 LACERDA

Lacerda (2013) compreende o processo de desindustrialização brasileiro como sendo resultado dos impactos da política cambial e dos demais fatores de competitividade sistêmica. O autor coloca que, com a adoção do câmbio flutuante em 1999, houve uma evolução no que se refere à flexibilidade da política cambial, ainda mais com o aumento da volatilidade oriunda da globalização financeira. Essa mudança permitiu significativa diminuição da vulnerabilidade externa à economia brasileira, dado o crescimento da economia mundial a partir de 2002. Entretanto, de 2004 a 2010 – com exceção de 2009, em que houve restrição da circulação financeira global por conta da crise internacional- a contínua apreciação cambial, ou seja, valorização do real em relação às demais moedas representou consequências negativas à estrutura produtiva brasileira.

Neste sentido, Lacerda (2013) aponta que:

A valorização do real representou um grande impacto para a estrutura produtiva brasileira, que vem perdendo competitividade, relativamente aos seus principais concorrentes internacionais. Embora a sobrevalorização do real possa trazer resultados de curto prazo, por exemplo, no combate à inflação, no médio e longo prazos ela inviabiliza o desenvolvimento. (LACERDA, 2013, p. 4)

O autor coloca a apreciação cambial como questão sensível, que tem gerado intensos debates, ao mencionar que há autores que a defendem e a interpretam como algo saudável.

Para esses autores, o câmbio valorizado permite o aumento de importações de bens de capital, estimulando a modernização industrial. Além disso, argumentam que não houve um processo generalizado de concentração de investimentos em indústrias baseadas em recursos naturais e que os setores que apresentaram maior aumento nas importações também tiveram bons resultados na produção local. Nesse sentido, o aumento das importações seria reflexo do aumento do mercado interno e não de um processo de aquisição de produtos importados em detrimento de produtos locais.

Desta forma, Lacerda (2013) vai de encontro aos argumentos dos defensores da apreciação cambial ao afirmar que:

Os impactos do câmbio e demais fatores sobre a produção é cercado de mitos. O primeiro mito, presente em algumas análises, é o de que as empresas acabam se “adaptando” ao câmbio valorizado. E elas de fato se adaptam, sob a ótica microeconômica. Essa adaptação consiste em aproveitar o dólar baixo para aumentar a importação de componentes e peças, o que as ajuda a reduzir custos e manter competitividade. Embora essa seja uma saída para a sobrevivência individual da empresa, do ponto de vista da estrutura produtiva do país, trata-se de um processo de substituição da produção local por importações, desestimulando a geração de valor agregado local. (LACERDA, 2013, p. 5-6)

A análise de Lacerda (2013) dá bastante relevância aos efeitos da apreciação cambial sobre a balança comercial. O câmbio valorizado funcionaria como espécie de subsídio a importação de produtos e serviços que poderiam ser produzidos localmente. Esse processo teria resultado em perda de conhecimento em áreas sofisticadas e se mostrado um forte incentivador da desindustrialização. Segundo o autor, houve forte redução da participação dos produtos manufaturados na pauta de exportação brasileira, passando de 61% em 2000 para 45% em 2009. Por outro lado, a participação dos produtos básicos no total exportado cresceu de 23% em 2000 para 41% em 2009, demonstrando uma tendência de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Embora o saldo global da balança comercial tenha se mostrado positivo, com superávits de US\$ 46,1 bilhões em 2006; US\$ 40 bilhões em 2007; US\$ 24,7 bilhões em 2008 e US\$ 25,3 bilhões em 2009, o impacto negativo da apreciação cambial fica mais evidente ao analisarmos os chamados setores altamente dinâmicos. O saldo dos setores correspondentes à indústria de alta⁷ e média-alta⁸ tecnologia sofreu déficits crescentes de US\$ 7,9 bilhões em

⁷ Correspondem ao setor de alta tecnologia as seguintes indústrias: aeronáutica e aeroespacial; farmacêutica; material de escritório e informática; equipamentos de rádio, TV e comunicação; e instrumentos médicos de ótica e precisão. (LACERDA, 2013, p.9)

2005 para mais de US\$ 51 bilhões em 2008. Já os setores industriais de média-baixa⁹ e baixa tecnologia¹⁰ registraram superávits de US\$ 49,8 bilhões em 2008 e US\$ 30,7 bilhões em 2009, demonstrando que as commodities e produtos não industrializados são os responsáveis pela manutenção dos superávits da balança comercial brasileira.

3.6 BRESSER-PEREIRA E MARCONI

Bresser-Pereira e Marconi (2008) defendem a ideia de que o processo de desindustrialização brasileiro foi e tem sido ocasionado pela “doença holandesa”, por eles definida como a redução da participação da produção de bens manufaturados no total de comercializáveis em relação à participação das commodities. Os autores afirmam que esse tipo de desindustrialização sempre ocorre quando um país possui recursos barato dos quais deriva rendas ricardianas¹¹, passando a deixar de tomar medidas para neutralizar¹² a “doença holandesa”.

Sobre o caso brasileiro, Bresser-Pereira e Marconi (2008) afirmam que:

Apesar de a doença holandesa que afeta a economia brasileira ser menos intensa ou menos grave do que a observada em países cuja produção é especializada em uma ou poucas commodities que geram expressivas rendas ricardianas, suas consequências em termos de lenta desindustrialização são preocupantes. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p. 1)

O autor se propõe a analisar o processo de desindustrialização brasileiro por meio do comportamento do comércio exterior e sua relação com o aumento do preço das commodities exportadas. Segundo o autor, as exportações brasileiras, que vinham crescendo de forma

⁸ Correspondem ao setor de média-alta tecnologia as seguintes indústrias: máquinas e equipamentos elétricos; veículos automotores, reboques e semirreboques; produtos químicos, excl. farmacêuticos; equipamentos para ferrovia e material de transporte; e máquinas e equipamentos mecânicos. (LACERDA, 2013, p. 9)

⁹ Corresponde ao setor de média-baixa tecnologia as seguintes indústrias: construção e reparação naval; borracha e produtos plásticos; produtos de petróleo refinado e outros combustíveis; outros produtos minerais não metálicos; e produtos metálicos. (LACERDA, 2013, p. 9)

¹⁰ Corresponde ao setor de baixa tecnologia as seguintes indústrias: produtos manufaturados n.e. e bens reciclados; madeira e seus produtos, papel e celulose; alimentos, bebidas e tabaco; têxteis, couro e calçados. (LACERDA, 2013, p. 10)

¹¹ Rendas ricardianas fazem referência a teoria das vantagens comparativas, criada pelo economista David Ricardo no início do século XIX. Essa teoria advoga que a produção de determinado produto por certo país deve levar em conta o *Trade-Off* que tal produção implica, ou seja, o quanto deverá se abrir mão ao produzir o produto e o respectivo ganho adquirido ao se especializar nessa produção. Em linhas gerais, um país deverá se especializar na produção de determinado produto quanto menor for o *Trade-Off* atribuído a essa produção.

¹² Os mecanismos de neutralização da “doença holandesa” estariam relacionados a políticas de controles alfandegários, tarifários e cambiais, com o objetivo de taxar as receitas oriundas da exportação de commodities primárias. Essas políticas seriam responsáveis por desestimular a importação de produtos manufaturados e incentivar a produção desses produtos dentro da estrutura interna do país.

moderada entre os anos 2000 e 2002, passaram a crescer de forma acelerada desde então. A média de crescimento anual das exportações entre 2000 e 2002 fora de 7,9%, passando para 21,6% de 2003 a 2007. Em um período de cinco anos, as exportações brasileiras sofreram aumento de 166%. No mesmo período as exportações mundiais cresceram 115%, elevando a participação brasileira no comércio internacional em 22,9% entre 2003 e 2007. Bresser-Pereira e Marconi (2008) mencionam que apesar do significativo aumento das importações, o Brasil conseguiu manter a tendência de crescimento do saldo da balança comercial.

Nesse sentido, Bresser-Pereira e Marconi (2008) afirmam que, a partir de 2003, se iniciou um período bastante favorável para o comércio exterior, com expressivo aumento das exportações brasileiras apesar da contínua apreciação cambial. Os autores afirmam, ainda, que, durante esse período, quando as exportações brasileiras aumentaram devido à elevação dos preços das commodities, houve um agravamento da doença holandesa na medida em que os exportadores desses produtos gozavam da possibilidade de exportar com elevados lucros por conta de uma taxa de câmbio apreciada.

Em relação a esse período de expansão das exportações brasileiras, os autores colocam que:

O aumento das vendas externas aliado ao ingresso de recursos financeiros (dada a política monetária vigente no período) contribuiu para reduzir a taxa real de câmbio, mas a forte demanda externa possibilitou a manutenção das exportações brasileiras em um patamar bastante favorável. O crescimento da demanda externa possibilitou, inclusive, o aumento das importações (que também decorreu deste comportamento da taxa de câmbio). Assim, o recente desempenho de nossa balança comercial está fortemente associado ao crescimento da economia mundial. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p. 4)

Bresser-Pereira e Marconi (2008) ressaltam a importância de uma taxa de câmbio competitiva para o processo de industrialização e crescimento da renda per capita. Para os autores, a indústria seria o setor da economia com maior capacidade de elevar a produtividade, emprego e renda per capita do país, pois existiria uma forte relação causal entre o crescimento do setor de manufaturas e da produtividade da economia como um todo. Dessa forma, o setor industrial operaria com rendimentos de escala crescentes, dado o progresso tecnológico a ele associado, as externalidades geradas e os encadeamentos na cadeia produtiva, os quais permitiriam uma maior capacidade de absorção de mão-de-obra e difusão tecnológica para outros setores.

Observa-se, neste sentido que a apreciação da taxa de câmbio pode gerar um desincentivo à produção em setores que não possuem vantagens comparativas, a exemplo do setor de manufaturados, enquanto não prejudicaria a produção dos setores possuidores de tais

vantagens. No caso de países em desenvolvimento como o Brasil, uma taxa de câmbio apreciada não afetaria de forma significativa os setores de produção de recursos naturais e intensivos em mão-de-obra.

Em suma, os autores explicam esse processo da seguinte maneira:

O setor que produz recursos naturais (comercializáveis que cresce à frente dos demais) tende a expandir rapidamente suas receitas de exportação, o que leva à apreciação da taxa de câmbio (ambos fatores contribuem para elevar a renda, incluindo a dos assalariados, e a demanda interna) e, por consequência, ao desestímulo à exportação no setor de manufaturados (comercializáveis que crescem mais lentamente). Uma parcela dos fatores produtivos é deslocada para o setor que produz recursos naturais e para o setor de não comercializáveis (neste caso, devido ao aumento da renda interna) e, ainda que a produção de manufaturados se desloque para o mercado interno, pode ocorrer um processo de desindustrialização em virtude da redução das vendas externas deste último e do aquecimento dos demais setores. (BRESSER-PEREIRA; MARCONI, 2008, p. 8)

Assim, Bresser-Pereira e Marconi (2008) afirmam que esse quadro pode estar associado à ocorrência de “doença holandesa”, em que a existência de recursos naturais abundantes, geradores de vantagens comparativas, levam o país a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, inibindo o processo de desenvolvimento econômico.

O processo de desindustrialização brasileiro enseja distintas abordagens sobre o tema. Para Silvestre (2016) a desindustrialização brasileira não estaria centrada na questão da sobrevalorização cambial, como sugere Lacerda (2013), mas sim nos processos de liberalização, globalização e financeirização da economia, que teriam iniciado na década de 1980. Silvestre (2016) afirma que o processo brasileiro seria um movimento induzido pelo capital financeiro, que teria colocado a indústria sob o domínio das finanças. Bonelli (2005), por sua vez, ao analisar o caso brasileiro sob a ótica do emprego, associa o crescente grau de informalidade dos postos de trabalho e períodos em que houve estagnação produtiva, mudanças experimentadas pela indústria, instabilidade macroeconômica, abertura comercial, terceirização da produção e privatizações aos baixos índices de absorção de mão-de-obra, sugerindo que a desindustrialização estaria limitada ao período pós 1990. Já Nassif (2008) entende que não há evidências suficientes para enquadrar o Brasil em um processo de desindustrialização, afirmando que, enquanto tendência, a retração da participação da indústria de transformação em relação ao PIB teria sido um fenômeno restrito à segunda metade dos anos 1980. Ele chega a mesma conclusão ao analisar o caso brasileiro pela visão da “doença holandesa”, ao afirmar que os setores industriais com maior capacidade de gerar

renda, criar empregos e difundir tecnologias mantiveram sua participação em relação ao PIB em patamares estáveis no período analisado. Oreiro e Feijó (2010), apesar de aparentemente corroborarem com a ideia de Nassif (2008) de que um patamar estável de participação industrial em relação ao PIB não seria suficiente para caracterizar um processo de desindustrialização, Oreiro e Feijó (2010) afirmam que a desindustrialização brasileira é inequívoca e teria ocorrido por conta do baixo investimento no setor industrial e da transferência de recursos e trabalhos industriais para setores menos produtivos. Nesse sentido, apontam para fortes indícios de desindustrialização por “doença holandesa” e colocam que a abertura comercial e financeira, o processo de privatizações e sobrevalorização da taxa de câmbio foram fortes agravantes da perda relativa da participação industrial no PIB.

Lacerda (2013), ao invés de colocar a apreciação cambial como um agravante do processo, como Oreiro e Feijó (2010), afirma que a desindustrialização brasileira está diretamente ligada a adoção do câmbio flutuante (1999) e a subsequente flexibilização da política cambial, colocando a valorização do real como responsável pela perda de competitividade internacional e como espécie de subsídio a importação de produtos e serviços que poderiam ser produzidos localmente. Em sua análise, Bresser-Pereira e Marconi (2008) apontam, assim como Lacerda (2013), o papel negativo de uma taxa de câmbio apreciada, capaz de gerar um desincentivo à produção em setores que não possuem vantagens comparativas, além de associarem o processo de desindustrialização brasileiro à “doença holandesa”, demonstrando que o saldo da balança comercial teria se mantido superavitário, a partir de 2003, por conta da expressiva exportação de commodities.

Assim, constatamos que o debate acerca da temática de desindustrialização brasileira é repleto de divergências em relação a sua existência, causas e delimitação temporal, confirmando a não unanimidade sobre a explicação teórica do processo em questão. No capítulo seguinte, partindo do pressuposto de que a desindustrialização brasileira é notória, buscaremos identificar o papel desempenhado pela China nesse processo. Assim como nos capítulos anteriores, serão debatidas diferentes abordagens sobre o tema, bem como diferentes teorias acerca do papel chinês e seus impactos sobre a estrutura produtiva brasileira.

4 CHINA E O PROCESSO BRASILEIRO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Segundo Vieira (2006), a economia chinesa tem se destacado quando comparada às demais economias emergentes e em desenvolvimento, no que diz respeito aos elevados níveis de crescimento observados a partir do final da década de 1970. Para o autor, há uma vasta gama de condicionantes associados a esse fenômeno, destacando-se as altas taxas de investimento, a maior abertura comercial e financeira, o regime cambial rígido, investimento em capital humano, entre outros. Vieira (2006) enfatiza, ainda, os fluxos comerciais entre a China e o centro capitalista (EUA e Europa), bem como a relação com os países emergentes como o Brasil. Nesse sentido, o presente capítulo se dividirá em duas sessões: a primeira apresentará, de forma sucinta, o histórico das relações Brasil-China e a segunda buscará, por meio da pesquisa bibliográfica, compreender os possíveis impactos do crescimento chinês sob a estrutura produtiva brasileira.

4.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-CHINA

A retomada das relações, tanto diplomáticas quanto comerciais, entre Brasil e China – antes encerradas pela revolução comunista chinesa de 1949 – se deu durante a década de 1970, em especial no ano de 1978 com a assinatura do primeiro acordo comercial após o reestabelecimento das relações diplomáticas (1974). Segundo Demeulemeester (2015), as reformas de abertura econômica conduzidas por Deng Xiaoping, fizeram com que o relacionamento bilateral evoluísse de forma acelerada, essencialmente impulsionado pelas trocas comerciais.

Neste sentido o autor aponta que:

A corrente de comércio cresceu de US\$ 19,4 milhões em 1974 – ano do reconhecimento da RPC pelo Brasil – para US\$ 202 milhões em 1979 – ano que marcou o início das reformas de abertura [...]. As possibilidades de cooperação com ganhos mútuos nas áreas de economia, ciência e tecnologia condicionaram a assinatura de mais de vinte atos bilaterais entre Brasil e China ao longo da década de oitenta, garantindo a institucionalização das relações e criando instrumentos para o crescimento de ações futuras. (DEMEULEMEESTER, 2015, p. 64)

Na segunda metade da década de 1980, novos entraves surgiram e arrefeceram o estreitamento das relações. No Brasil, o agravamento da dívida externa, o ressurgimento de fortes pressões inflacionárias e a moratória da dívida, declarada em 1987, dificultaram a

progressão do relacionamento bilateral. Na China, os acontecimentos de 1989 na praça *Tian'anmen*, em Pequim, em que manifestantes que protestavam contra o Partido Comunista Chinês foram reprimidos de forma truculenta – episódio, esse, conhecido como Massacre da Praça Paz Celestial – levaram o país ao isolamento internacional. Além disso, a situação interna conturbada e o fim da Guerra Fria também se tornaram obstáculos a proximidade do relacionamento entre Brasil e China. Demeulemeester (2015) coloca que em 1993, durante o governo de Itamar Franco, as relações sino-brasileiras retomaram o processo de estreitamento. Segundo o autor, o bom relacionamento alcançado entre os países nas áreas espacial e econômica, com a corrente comercial superando, pela primeira vez, o valor de US\$ 1 bilhão, fez com que os líderes de ambos os países passassem a considerar a parceria sino-brasileira como estratégica¹. Nos anos 2000, a China destacou-se internacionalmente em função de suas realizações econômicas e, também, pela maior importância na política exterior.

Assim, Demeulemeester (2015) coloca que:

Neste contexto de crescente exposição internacional, a política externa do governo chinês passou a empreender esforços para a busca por mercados para escoar sua produção, capital e tecnologia para modernizar sua estrutura produtiva e matérias-primas e energia, considerados elementos essenciais para a alimentar o crescimento econômico do país. (DEMEULEMEESTER, 2015, p. 65-66)

Sob a ótica da política externa contemporânea chinesa, Demeulemeester (2015) afirma que há um ponto cujas implicação atingem o Brasil de forma direta: a estratégia de conduzir sua diplomacia como um instrumento para obter acesso a matérias-primas, alimentos, energia e outros recursos considerados estratégicos. Para o autor, a demanda chinesa sem precedentes por esses insumos é resultado da elevação dos padrões de consumo de uma parcela significativa da população, da acelerada urbanização e, principalmente, da pujante expansão econômica apresentada pela China nas últimas décadas.

4.1.1 Relações comerciais

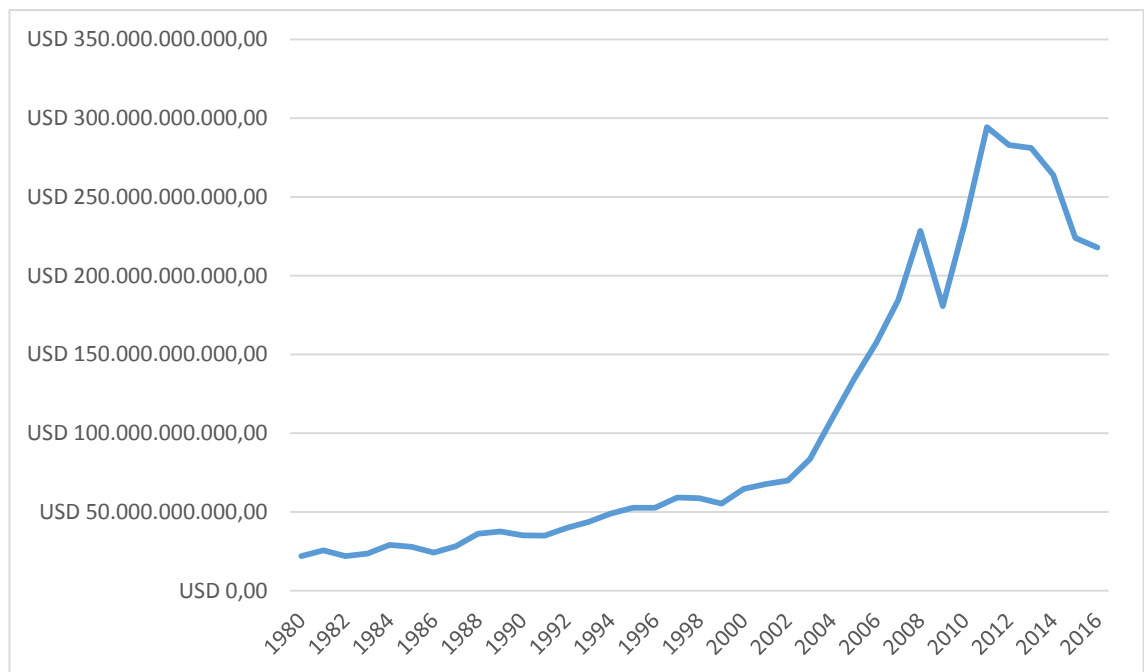
De acordo com Cunha (2012), a economia brasileira foi marcada por um padrão de desenvolvimento para fora, fundamentalmente suportado pelo modelo agroexportador até o século XX. Para o autor, esse modelo foi incapaz de garantir estabilidade econômica, um crescimento contínuo e muito menos a modernização das instituições brasileiras. Ainda

¹ A expressão “parceria estratégica” foi cunhada pelo primeiro-ministro chinês Zhu Rongji em 1993.

durante o século XX, o modelo agroexportador começou a perder força – após séculos de predominância na economia – e a industrialização começou a se expandir, tornando-se o centro do dinamismo da economia brasileira por meio da política de substituição de importações. Todavia, no início do século XXI, a crescente dependência do Brasil em relação às exportações de produtos primários, trouxe, novamente, aspectos estruturais do modelo agroexportador do século anterior.

Ao analisarmos as exportações brasileiras do final do século XX até a segunda década do século XXI (Gráfico 1), percebemos um padrão de crescimento acelerado a partir do final da década de 1990. Em 1980, as exportações brasileiras correspondiam a, aproximadamente, US\$ 22 bilhões, chegando a US\$ 64 bilhões nos anos 2000, a US\$ 228 bilhões em 2008 – com uma leve queda em 2009, por conta da crise internacional, atingindo o patamar de US\$ 180 bilhões – e atingindo o ápice das exportações em 2011, no valor de US\$ 294 bilhões.

Gráfico 1 - Evolução das exportações brasileiras de 1980 à 2016 (em US\$ bilhões)



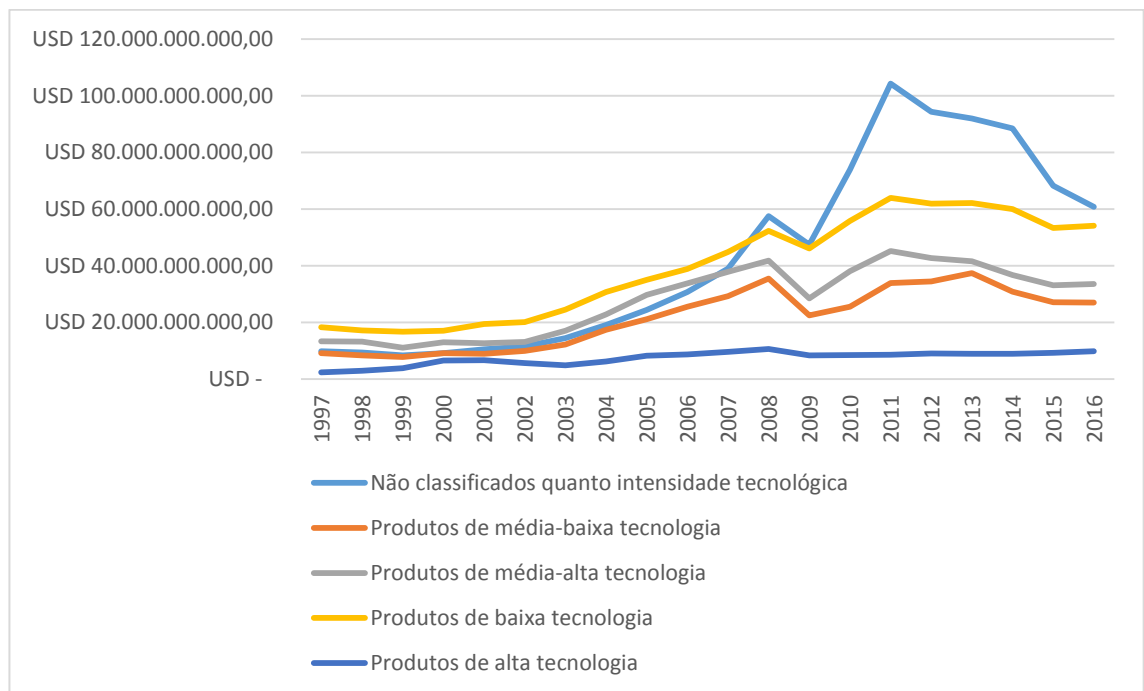
Fonte: Adaptado de UNCTAD 2017.

Comparando esses valores com o grau de intensidade tecnológica dos produtos exportados (Gráfico 2), nos anos 2000 a soma dos produtos não classificados por intensidade tecnológica² e de baixa tecnologia correspondia a US\$ 26 bilhões, aproximadamente 40% do

² Agricultura e pecuária, coleta, tratamento e disposição de resíduos, recuperação de materiais, desperdícios, eletricidade e gás, extração de carvão mineral, extração de minerais metálicos, extração de minerais não-metálicos, extração de petróleo e gás natural, produtos não alocados, pesca e aquicultura, produção florestal,

total exportado. Em 2008 esse valor chegou a US\$ 62 bilhões (27%), em 2009 atingiu o montante de US\$ 93 bilhões (51%) e em 2011 chegou ao patamar de US\$ 168 bilhões, totalizando 57% do total exportado. Nesse sentido, percebemos uma redução da participação dos produtos de média-baixa, média-alta e alta tecnologia na participação das exportações brasileiras e um gradual aumento da representatividade de produtos com menos intensidade tecnológica, que ultrapassaram mais da metade das exportações realizadas em 2011.

Gráfico 2 - Exportações brasileiras por intensidade tecnológica de 1997 a 2016 (em US\$ bilhões)



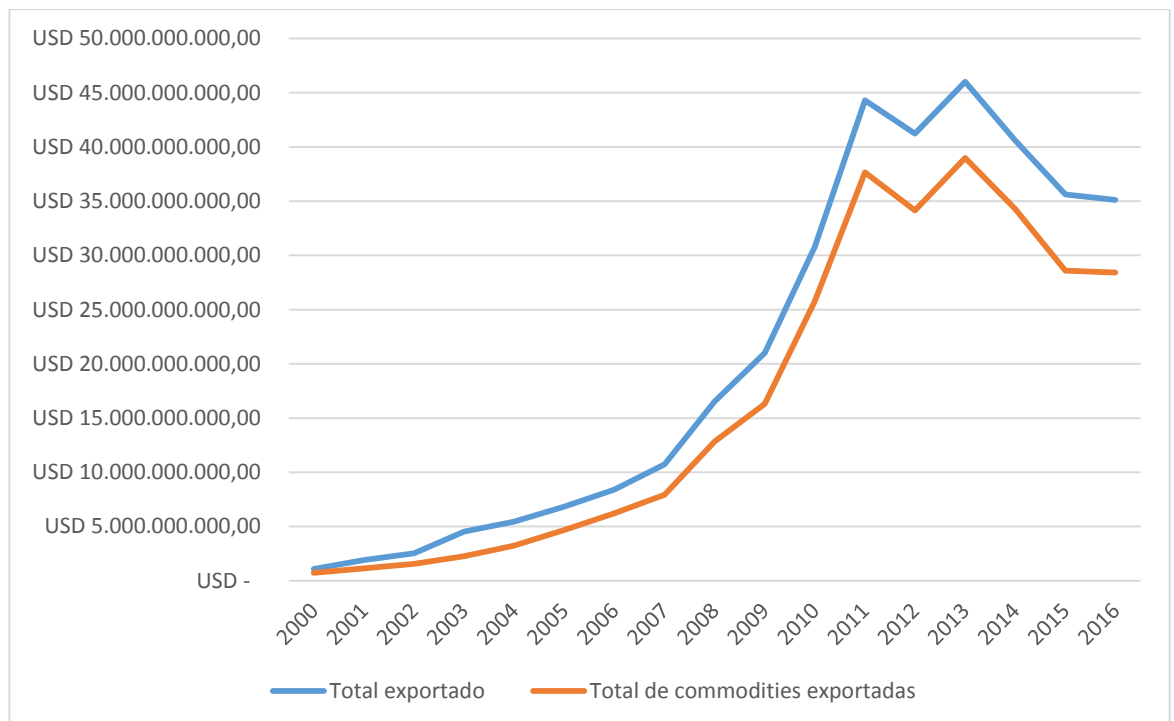
Fonte: Adaptado de MDIC 2017.

Com base nos dados relativos às exportações brasileiras para a China (Gráfico 3), identificamos um crescente grau de participação da china nas exportações brasileiras. Nos anos 2000, o volume das exportações brasileiras para a China correspondia a, aproximadamente, 1% do total exportado. Em 2008, esse valor cresceu significativamente atingindo 7%. Mesmo com a crise internacional de 2008, o percentual de participação chinesa nas exportações brasileiras continuou a aumentar, chegando a 11% em 2009, 15% em 2011 e atingindo seu apogeu em 2013, com 16% das exportações brasileiras sendo destinadas ao mercado chinês. Ao mesmo tempo em que observamos o aumento da absorção das

exportações brasileiras por parte da China, podemos delinear um perfil de produtos que se destacam nesse montante: as commodities.

A participação desses bens, de baixo valor agregado, no total exportado para a China correspondia, nos anos 2000, a 68% de todos os produtos destinados ao país. Em 2008 e 2009, as commodities representavam 77% dos produtos exportados à China. Já nos anos de 2011 e 2013 esse valor chegou a 84% do total exportado. Os valores acima parecem corroborar com a percepção de Cunha (2012) de que a China vem procurando aprofundar sua inserção externa, diversificando seus parceiros comerciais e suas fontes de matérias-primas estratégicas.

Gráfico 3 - Evolução das exportações Brasil-China de 2000 a 2016 (em US\$ bilhões)



Fonte: Adaptado de Brasil 2017.

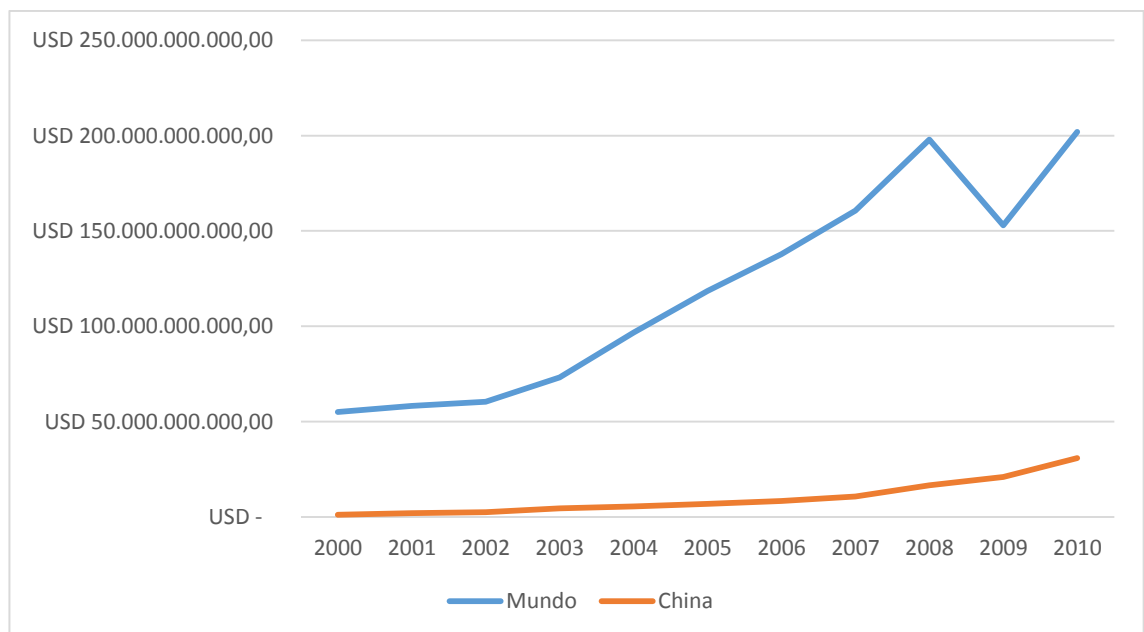
Analisando esta questão mais detalhadamente, Demeulemeester (2015) aponta que:

A primeira década do novo século começou trazendo transformações profundas às relações internacionais brasileiras e ao padrão de desenvolvimento do país. Na esteira da ascensão das economias periféricas ocorre um reordenamento da estrutura econômica e política internacional, cujo centro gravitacional desloca-se gradualmente em direção ao oriente. Neste contexto, as economias maduras perdem dinamismo relativo e a China emerge como protagonista e principal motor desta realidade de crescimento econômico sustentada pelos emergentes. Como resultado, a China passou de virtualmente não ter presença na América Latina a tornar-se o principal parceiro comercial de diversos países da região, imprimindo fortes consequências sobre a economia brasileira e sobre a inserção internacional do país. (DEMELEUMEESTER, 2015, p. 14)

O autor nota um caráter de complementariedade entre as economias chinesa e brasileira. Associando o perfil de produção, com amplo potencial produtivo energético e de cultivo de bens primários, do Brasil com o aspecto profundamente dependente da importação de recursos naturais da China, para sustentar o seu crescimento econômico, o autor afirma que o aspecto complementar é um importante fator para explicar o exponencial crescimento da corrente comercial entre as duas economias e a mudança no perfil produtivo da economia brasileira. Além disso, Demeulemeester (2015) afirma que a complementariedade comercial foi reforçada pelo menor desempenho econômico das economias centrais, ao mesmo tempo em que ocorreria um aumento no poder de compra da classe média brasileira, fazendo com que o interesse chinês, em exportar seus bens manufaturados, se voltasse para o Brasil.

De acordo com IPEA (2011), as relações comerciais sino-brasileiras obtiveram, entre os anos 2000 e 2010, crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo. No período analisado, as exportações brasileiras para a China passaram de US\$ 1 bilhão (2% do total exportado pelo Brasil) para US\$ 30,8 bilhões (15% do total), enquanto as importações brasileiras do país asiático cresceram de US\$ 1,2 bilhão (2% do total importado pelo Brasil) para US\$ 25,6 bilhões (14% do total). Essa progressão pode ser melhor observada no Gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 - Exportações brasileiras para o mundo e para a China (em US\$ bilhões)

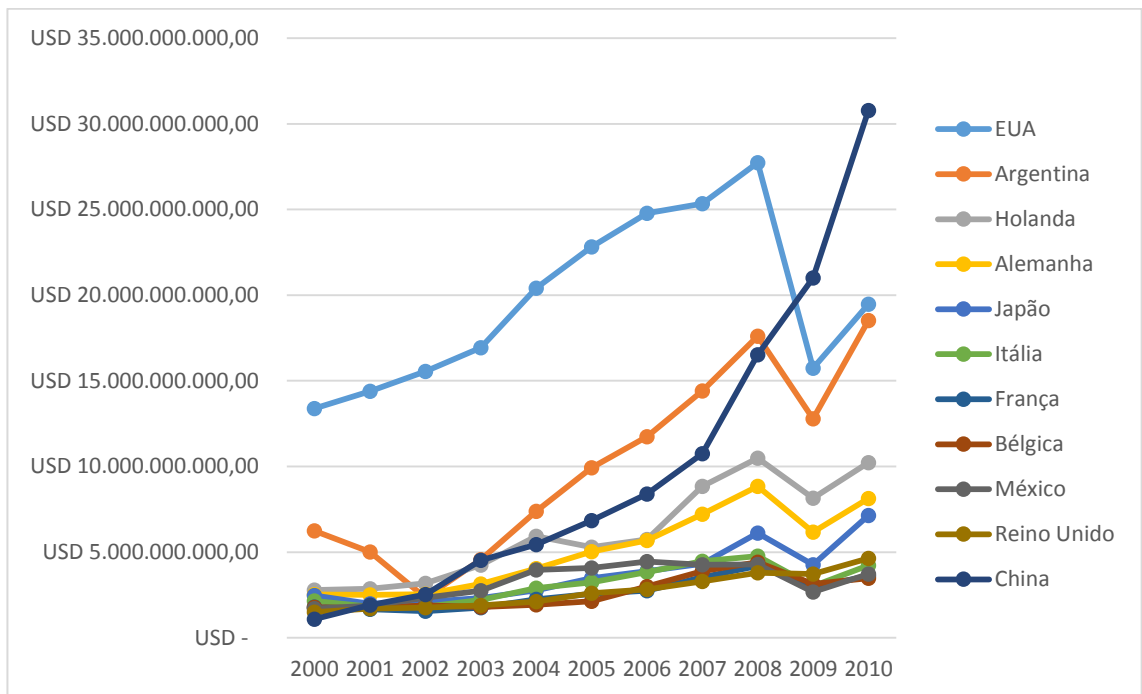


Fonte: Adaptado de UNComtrade 2017.

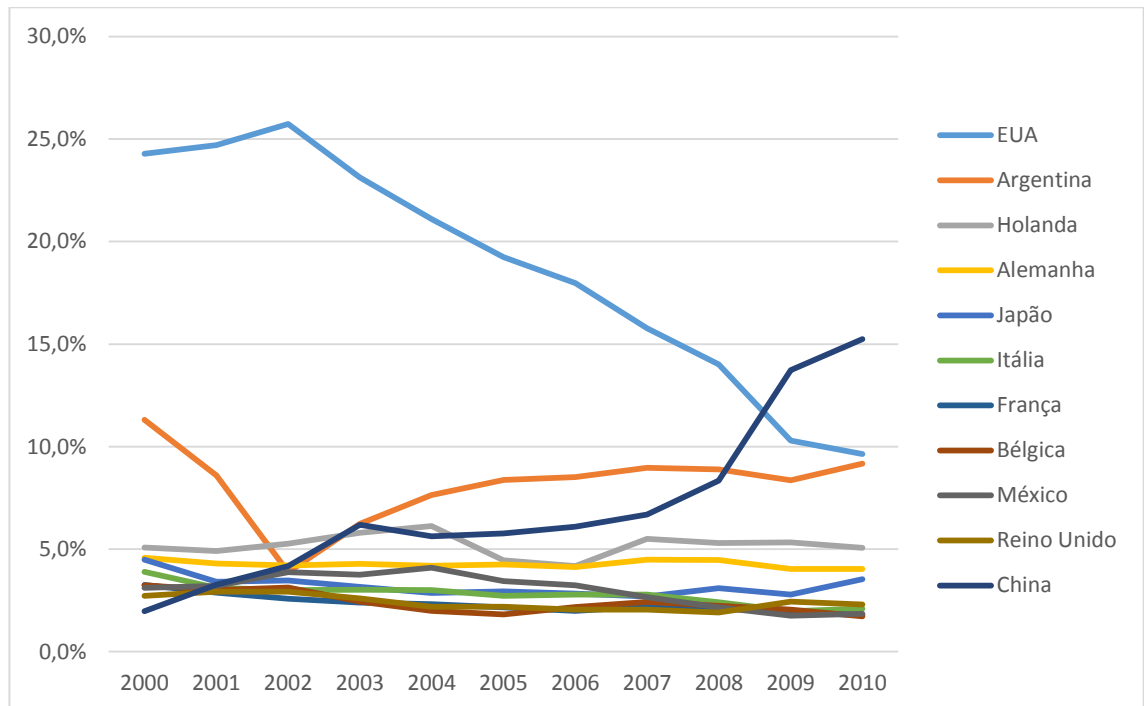
O estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas aponta que, em 2000, os dez principais destinos das exportações brasileiras, em ordem decrescente, eram:

Estados Unidos, Argentina, Holanda, Alemanha, Japão, Itália, França, Bélgica, México e Reino Unido. Esse conjunto de países correspondia a 66% do total das exportações brasileiras. Já em 2009, a China se tornou o maior destino das exportações quando deslocou os EUA absorvendo 15,2% do total exportado pelo Brasil. Podemos visualizar essa mudança com mais clareza no Gráfico 5 e Gráfico 6 abaixo. Em 2010 houve uma maior desconcentração geográfica, com os dez maiores destinos contabilizando 55,3% das exportações brasileiras.

Gráfico 5 - Participação dos principais países de destino das exportações brasileiras (em US\$ bilhões)



Fonte: Adaptado de UNComtrade 2017.

Gráfico 6 - Participação dos principais países de destino das exportações brasileiras (em %)

Fonte: Adaptado de UNComtrade 2017.

Corroborando com as informações supracitadas, o IPEA (2011) aponta para a concentração da pauta exportadora brasileira em produtos básicos. De acordo com o estudo, entre 2000 e 2009, os produtos básicos passaram de 68% para 83% da pauta. Em 2010, decompondo as exportações brasileiras em participação por produto, temos que os minérios correspondiam a 40% das exportações, oleaginosas (23%) e combustíveis minerais (13%), totalizando 76% do total exportado pelo Brasil. Ainda de acordo com o estudo, afirma-se que, de 2001 a 2011, para cada dólar adquirido pelo país em suas exportações para a China, 87 centavos eram oriundos de produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais, 7 centavos de produtos de média intensidade tecnológica e somente 2 centavos seriam referentes a produtos de alta tecnologia. Com relação aos produtos brasileiros que compunham, no período analisado, a maior parte das importações chinesas, temos o fumo com 46% do total, preparação de hortícolas e frutas (21%), minérios (19%) e pasta de madeira e celulose (12%).

4.2 CHINA E A ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA

Segundo Demeulemeester (2015), a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras imprimem externalidades contraditórias sobre a economia brasileira. Para o autor, os efeitos dessa relação variam entre um caráter cooperativo e/ou complementar e competitivo e/ou de concorrência. Nesse sentido, afirma-se que a crescente demanda por bens primários, junto a um maior afluxo de investimentos, são responsáveis, pelo menos no curto prazo, pelo financiamento de um notável ciclo de crescimento e dinamismo na economia brasileira. Entretanto, a China – no longo prazo – eleva a possibilidade de uma regressão de especialização da estrutura produtiva brasileira em produtos primários e uma concorrência ao setor manufatureiro do Brasil, cuja ameaça tem se tornado crescente tanto no mercado externo como em seu mercado doméstico.

Demeulemeester (2015) divide a literatura que versa sobre os impactos da ascensão chinesa sobre a economia global, e conseqüentemente sobre a economia brasileira, em duas visões: uma otimista e outra pessimista. A primeira percebe a elevada demanda chinesa por commodities e outros recursos naturais como algo favorável ao grupo de países exportadores dessas categorias de produto, garantindo-lhes maiores ganhos conforme a performance positiva do crescimento chinês. A visão otimista também aponta vantagens no âmbito político, ao considerar a China como um parceiro alternativo às tradicionais potências (EUA e países europeus). Já a segunda, apesar de concordar com certos benefícios apontados pela visão otimista, coloca os aspectos negativos e desafios criados como aspectos preponderantes. Segundo a visão pessimista, a relação com a China reproduz um padrão norte-sul³ de relacionamento, reforçando o aspecto de especialização regressiva das exportações, direcionadas aos recursos naturais. Além disso, ressalta-se que as exportações de bens manufaturados chineses, altamente competitivas, são uma forte ameaça às exportações brasileiras por possuírem o potencial de deslocamento a mercados terceiros.

Para o autor, a ascensão chinesa e o estreitamento das relações sino-brasileiras têm feito o Brasil sentir os seguintes impactos:

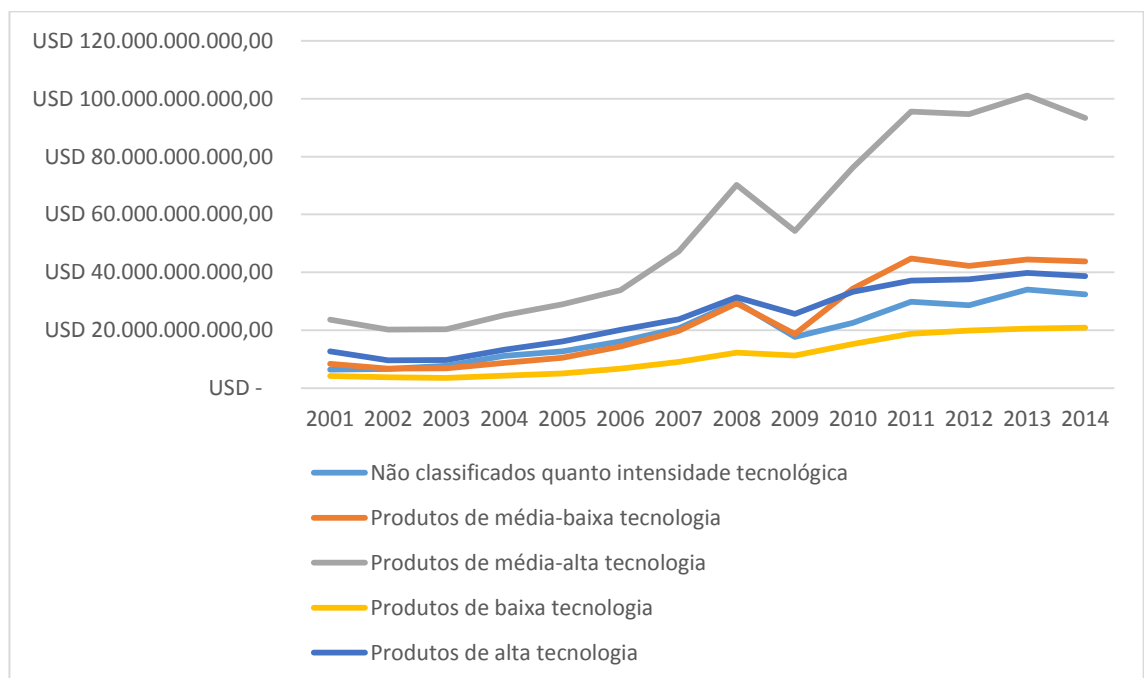
- a) especialização regressiva da pauta produtiva, voltando-se aos bens primários;
- b) aumento da concorrência em relação às exportações brasileiras de manufaturados e;
- c) uma ilusão de autonomia.

³ De modo geral, a relação norte-sul é caracterizada pela desigualdade e pelo padrão de desvalorização dos termos de troca. Os países do Norte são normalmente categorizados como o centro capitalista e, portanto, socioeconomicamente classificados como desenvolvidos. Já os países do Sul se enquadram, tradicionalmente, na periferia do capitalismo mundial e na categoria socioeconômica de subdesenvolvimento.

Em relação ao primeiro impacto, a tendência de constituição de um padrão assimétrico de relacionamento, no qual há, cada vez mais, a especialização na exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados chineses é vista pelo autor como um entrave ao desenvolvimento de longo prazo. Demeulemeester (2015) ressalta que entre 2010 e 2014 houve redução da participação dos produtos de todos os níveis de intensidade tecnológica nas exportações brasileiras para a China e que essas exportações representaram, em média, apenas 6,7% das exportações destinadas ao país asiático. Reforça-se também, que, no mesmo período, os produtos primários representaram em torno de 93,3% do total exportado para a China, enquanto a média de participação das exportações brasileira para o mundo, considerando a mesma categoria de produtos, foi de 53%.

Ao analisar a evolução das importações brasileiras da China decompostas por intensidade tecnológica, Demeulemeester (2016) percebe que, entre 2001 e 2014 houve um incremento significativo nas importações de produtos manufaturados de todos os níveis de intensidade tecnológica. A mesma tendência pode ser verificada em relação ao total das importações brasileiras, identificada com mais clareza no Gráfico 7 abaixo.

Gráfico 7 - Importações brasileiras por intensidade tecnológica de 2001 a 2014 (em US\$ bilhões)



Fonte: Adaptado de Brasil 2017.

Em 2014, os bens manufaturados chineses atingiram o patamar de 97% do total importado do país asiático, enquanto as importações de produtos primários restringiram-se a

3% do total. Em comparação com o ano de 2001, Demeulemeester (2015) aponta que 82% das importações brasileiras provenientes da China eram de produtos manufaturados e 18% eram de bens primários. Para o autor, esse é um forte sinal de um padrão de relacionamento assimétrico e de desvalorização dos termos de troca. Leão, Pinto e Acioly (2011) demonstram o crescente caráter de dependência brasileiro em relação ao padrão de trocas sino-brasileiro, utilizando o índice de intensidade de comércio entre os dois países⁴. Nesse sentido afirmam que:

Esse índice permite verificar se as exportações totais do país s para d – como porcentagem das exportações totais de s – superam as exportações totais do mundo para d. Basicamente, é uma medida de market share de d na pauta comercial de s ponderada pelo “tamanho” da economia de d, medido pelo market share que esse representa na pauta mundial. Se o resultado for maior que 1, conclui-se que d tem mais importância nas exportações de s do que nas exportações mundiais. (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011, p. 319)

Leão, Pinto e Acioly (2011) apontam que entre os anos 2000 e 2010 tanto o índice de intensidade de comércio relativo às exportações como importações obtiveram crescimento. No que diz respeito às exportações do Brasil para a China, o índice passou de 0,6 nos anos 2000 para 1,88 em 2010. Já em relação às importações chinesas para o Brasil, o índice aumentou de 0,34 para 1,005. Nesse sentido, o Brasil possui uma intensidade de comércio com a China maior do que a intensidade de comércio China-Brasil. Assim, o resultado apresentado nos permite dizer que o gigante asiático é mais importante para as relações comerciais do Brasil do que o é o resto do mundo, demonstrando o crescente caráter de dependência brasileira.

Levando-se em conta o segundo impacto, Demeulemeester (2015) afirma que o Brasil experimentou uma redução em sua participação das importações de produtos manufaturados de seus principais mercados e acredita que esse fenômeno tenha estreita relação com a concorrência imposta pelas exportações de manufaturados chineses, que estariam deslocando as exportações brasileiras. Demeulemeester (2015) coloca que mais da metade das empresas exportadoras brasileiras competem de forma direta com os produtos chineses no mercado externo e que cerca de 67% dessas empresas perdem clientes para o gigante asiático. Segundo

⁴ Formalmente, o índice é obtido da seguinte forma:

$IT = X_{sd} / X_s / X_{wd} / X_w$, onde X_{sd} são as exportações do país s para o país d, X_s são as exportações totais do país s, X_{wd} são as exportações totais para o país d e X_w é o total das exportações-mundo. Se $IT > 1$, então o market share que d representa nas exportações totais de s supera esse mesmo market share nas exportações mundiais. Em outras palavras, d tem mais importância nas exportações de s do que nas exportações mundiais. Se as exportações forem substituídas pelas importações, então, por definição, obtém-se uma medida de intensidade de comércio de d com s, e a interpretação do índice é similar. (LEÃO; PINTO; ACIOLY, 2011, p. 320)

a análise do autor, o Brasil experimentou um pequeno aumento de participação nas importações de manufaturados na América do Sul, Europa, Estados Unidos, África até 2005, ano que marca o declínio da representatividade brasileira nesse setor. Por sua vez, a China obteve, a partir de 2005, um significativo aumento na participação de seus produtos nos mesmos mercados analisados.

Em relação a América do Sul, houve um leve acréscimo da participação dos produtos manufaturados brasileiros na região entre 1995 e 2005, de 12,5% para 18,3% respectivamente. A partir de 2005 a participação brasileira declinou gradualmente, até atingir 11,2% em 2014. A China, por outro lado, expandiu sua participação, passando de 1,8% em 1995 para 21,1% em 2014, ultrapassando a participação brasileira. No caso das importações africanas, o Brasil sofreu aumento de participação de 0,6% em 1995 para 1,4% em 2005 e retomou o patamar de 0,6% no ano de 2014. Já a China obteve um crescimento significativo de 2,4% em 1995 para 24,8% em 2014.

A participação brasileira nas importações estadunidenses de produtos manufaturados cresceu de 1,1% em 1995 para 1,4% em 2005, momento em que a participação declinou até atingir 1% da participação em 2014. Assim como nos demais casos, o gigante asiático expandiu sua participação de 3,9% para 23% no mesmo período analisado. Já em relação a Europa, a participação dos manufaturados brasileiro foi estável durante o período analisado, cerca de 0,3%, enquanto a China obteve um aumento considerável de 1,2% em 1995 para 9,1% em 2014. Para Demeulemeester (2015), os dados acima suportam a hipótese de que o Brasil está perdendo espaço para os produtos chineses nos mercados analisados. Corroborando com os dados supracitados, Leão, Pinto e Acioly (2011) afirmam que a produção de manufaturas chinesas, intensivas em trabalho e também em tecnologia, tanto para o próprio mercado chinês como para exportação, têm reforçado a competitividade via preços desses produtos, devido ao efeito escala da produção chinesa. Nesse sentido, a hipótese da perda de espaço brasileiro em mercados tradicionais ganha força.

Ao analisar o terceiro impacto, Demeulemeester (2015) põe em evidência que o crescimento das exportações brasileiras de produtos primários, o aumento dos preços internacionais das commodities, além de uma inversão dos termos de troca⁵ favorável ao Brasil garantiram uma situação cômoda à economia brasileira. O autor afirma que, apesar de

⁵ A expressão “termos de troca” (TDT) está ligada a relação entre o valor dos produtos exportados e importados. Conceitualmente, a expressão matemática que explica essa relação é a seguinte: $TDT = VE/VI$, onde VE é o valor das exportações e VI o valor das importações. No caso de uma inversão dos termos de troca favorável, o valor das importações é inferior ao valor das exportações.

haver uma série de elementos positivos, como a situação econômica favorável oriunda do aumento da demanda chinesa por produtos primários, o estreitamento das relações sino-brasileiras apresenta-se como uma dependência disfarçada ou uma ilusão de autonomia⁶.

Reforçando essa visão, o autor coloca que:

Esse crescimento das relações econômicas foi responsável por garantir ao Brasil saldos comerciais superavitários em quase todos os anos após 2001, além garantir acesso a bens de consumo e capital a custos mais acessíveis. A combinação destes fatores contribuiu para trazer dinamismo à economia brasileira, porém mascarando a realidade de reprimarização da estrutura produtiva e deixando a economia mais suscetível ao ritmo de crescimento econômico chinês. (DEMEULEMEESTER, 2015, p. 113-114)

A dependência disfarçada estaria amarrada na combinação do aumento da demanda chinesa por recursos naturais, aumento dos preços dos produtos primários no mercado internacional e na favorável inversão dos termos de troca. Na mesma linha de análise, Leão, Pinto e Acioly (2011) apontam que o efeito China pode estar invertendo, ao menos no médio prazo, os termos de troca em favor dos países periféricos produtores de commodities. Para eles, a grande demanda do gigante asiático por matérias-primas e alimentos reforçaria os preços elevados desses produtos. Embora esses fatores tenham tornado a economia brasileira mais dinâmica, eles a tornaram cada vez mais suscetíveis às flutuações da demanda chinesa, comprometendo sua autonomia em detrimento da reprimarização da estrutura produtiva.

Dando continuidade à análise de como a China teria impactado a estrutura produtiva brasileira, Cunha (2012) busca compreender quais os efeitos da ascensão chinesa à condição de potência global sobre a América Latina, como um todo, e, particularmente sobre o Brasil. O autor dá ênfase em seu estudo para o período pós-crise financeira global (2008), argumentando que a lenta recuperação da demanda nas economias centrais leva a uma maior pressão chinesa para obter acesso aos mercados emergentes mais dinâmicos. Esse movimento, segundo Cunha (2012), seria capaz de ampliar o risco de especialização regressiva em países como o Brasil, cuja estrutura produtiva e de comércio exterior se apresenta de maneira mais diversificada.

Nesse sentido o autor aponta que:

⁶ O conceito de autonomia [...] diz respeito à capacidade de atingir crescimento econômico e desenvolvimento de forma independente, bem como à capacidade de corrigir os rumos de sua estratégia de desenvolvimento. Por outro lado, a ausência de autonomia seria uma condição em que o crescimento econômico ocorre, em parte, como um reflexo da expansão em outros países, limitando as perspectivas de desenvolvimento econômico e social. (DEMEULEMEESTER, 2015, p. 113)

Não à toa, mesmo antes da crise, e com mais intensidade após ela, a China vem procurando aprofundar sua inserção externa, diversificando seus mercados de destino e suas fontes de suprimento de matérias-primas estratégicas. Um dos vetores de sua recuperação pós-2008 foi a criação de incentivos diversos ao setor exportador, usando, para tal, de todas as ferramentas de política econômica e de “diplomacia financeira”. É razoável assumir a hipótese de que os policymakers chineses trabalham com cenários semelhantes aos sugeridos por analistas ocidentais influentes, e que apontam para um “novo normal” na economia mundial pós-crise, onde os países emergentes terão uma importância crescente. Por consequência, em um ambiente de baixo crescimento das economias centrais, a estratégia de ampliação das vendas externas da China passa, também, pela busca do aumento na sua participação relativa nos mercados dos países da América Latina. (CUNHA, 2012, p. 4)

A principal hipótese de Cunha (2012) é de que a China necessita encontrar novos mercados capazes de absorver suas exportações, levando em consideração a perda de dinamismo das economias do centro capitalista. Dessa forma, o autor coloca que a atuação chinesa representa um risco a economias que apresentam estruturas produtivas mais complexas e diversificadas, principalmente no que tange a capacidade de deslocamento das exportações de manufaturados nos mercados locais. A relevância desse movimento, em especial para a economia brasileira, reside no fato de que o Brasil possui no mercado latino-americano, além de outros países com rendas médias, uma importante fonte de absorção de suas exportações, principalmente de produtos com maior intensidade tecnológica e valor agregado.

A estratégia de desenvolvimento chinesa – apresentada no 12º Plano Quinquenal ⁷de Desenvolvimento Econômico e Social, que cobriu o intervalo de 2011 a 2015 – demonstrou o interesse do politburo chinês em renovar seu modelo de desenvolvimento. Segundo Cunha (2012), a China possui ambições de se tornar fonte de inovações tecnológicas e de novos padrões de consumo, deixando para trás a etapa “Made in China” para o novo modelo “Designed and Made in China”, demonstrando que a internacionalização de sua economia, em ambos os casos, parece fundamental. Para o autor, no âmbito das relações Brasil-China, não se pode descartar a possibilidade da consolidação de uma relação do tipo Norte-Sul, onde a China intensifica sua presença como exportadora de manufaturas e capitais, enquanto o Brasil experimenta um quadro de especialização regressiva com perdas relativas de densidade, diversificação e vitalidade da estrutura produtiva e do padrão de inserção comercial.

⁷ Os planos quinquenais surgiram na China após a guerra da Coreia (1950-1953), quando os líderes do politburo chinês decidiram seguir o modelo soviético de desenvolvimento, baseado em uma economia planificada com foco em indústria pesada e na produção agrícola. Os planos quinquenais definiriam metas para o crescimento da produção para os próximos cinco anos.

Cunha (2012) aponta que, entre os anos 1980 e 2000, os países emergentes e em desenvolvimento correspondiam a 17% dos mercados compradores de produtos chineses, atingindo um patamar entre 25% e 35% dos fluxos de produtos transacionados nos anos que sucederam a crise financeira de 2008.

Dessa forma, o autor afirma que:

O período pós-crise financeira global está marcado pelo aprofundamento de outras inflexões: para compensar a perda de dinamismo nas economias avançadas, os exportadores chineses, com o apoio do Estado, têm buscado diversificar os mercados de destino e a pauta exportadora, bem como ampliar a agregação de valor e tecnologia desta. Neste sentido, a crise também gerou a oportunidade de acelerar a penetração em terceiros mercados e o acesso a insumos estratégicos (recursos naturais e novas tecnologias) por meio da aquisição de ativos no exterior. (CUNHA, 2012, p. 13)

Esse padrão, segundo o autor, é característico do caso brasileiro. No ciclo de alta dos preços das commodities (após 2003), os superávits brasileiros foram crescentes, com exceção de 2007 e 2008. A partir de então, as exportações brasileiras concentraram-se cada vez mais em produtos de baixa intensidade tecnológica. Cunha (2012) afirma que, entre 2008 e 2011, 90% dos produtos exportados pelo Brasil eram intensivos em recursos naturais, in natura ou processados, o que – em 1990 – correspondia a apenas 53%. Coloca-se também que dois produtos têm representado mais de 66% do total exportado pelo Brasil: minério de ferro e soja. Já as importações teriam evoluído no sentido inverso, com um expressivo aumento da participação dos setores de alta e média intensidade tecnológica. Nesse sentido, há a percepção da deterioração na qualidade do comércio sino-brasileiro, onde a China passa a comprar produtos com menor grau de processamento e a exportar produtos manufaturados cada vez mais sofisticados, reproduzindo o padrão de comércio Norte-Sul.

5 CONCLUSÃO

Esta monografia procurou demonstrar como se deu o processo de desindustrialização brasileiro. Em seu desenvolvimento, a pesquisa revelou que o processo de desindustrialização foi resultado de vários fatores que determinaram o processo em pauta. Desta forma, podem ser apontados como fatores da desindustrialização vigente a globalização mundial, a nova divisão internacional do trabalho e o fator China nas relações internacionais.

No primeiro capítulo, buscamos cumprir com o objetivo específico de descrever e discutir as diferentes correntes teóricas sobre a temática da desindustrialização. Demonstramos que muitos autores convergem na aceção do termo relativa a redução da participação da indústria manufatureira em relação ao valor adicionado à economia e à redução do emprego industrial frente ao total de empregos. Entretanto, autores como Nassif (2008) e Silvestre (2016) atribuem a desindustrialização a outros aspectos. O primeiro atribui esse processo a mudanças estruturais intra-indústria rumo a setores intensivos em trabalho e recursos naturais. Já o segundo define a desindustrialização como a tendência de a produção de manufaturados desocupar o centro do processo de acumulação capitalista, que estaria voltado ao desenvolvimento de produtos intangíveis.

Apesar de não haver unanimidade acerca da definição de desindustrialização, encontramos, ao longo da discussão teórica, pontos de encontro sobre tendências e causas desse fenômeno. Em relação a tendências, Rowthorn e Ramaswamy (1997), Squeff (2012), Nassif (2008), Bonelli (2005) e Palma (2005) abordam a correlação entre a renda per capita e participação da indústria no PIB, a chamada curva em “U” invertido. Como mencionado anteriormente, essa curva está relacionada a uma sequência típica de países que passam por processo de desenvolvimento econômico: Em um primeiro momento há uma queda na participação da agropecuária e outras atividades “primárias” no produto total. Essa queda seria resultante do aumento da produtividade no campo, fazendo com que o excedente de mão-de-obra seja remanejado para os centros urbanos. A redução do peso do setor primário é compensada inicialmente por uma forte expansão da indústria e, em menor medida, pelo aumento do setor de serviços. Finalmente, esse último setor tem sua participação crescente no produto agregado.

No que diz respeito às causas do processo de desindustrialização, Rowthorn e Ramaswamy (1997), Squeff (2012) e Palma (2005) apontam para a diferença da

produtividade-trabalho entre o setor de manufaturas e o setor de serviços. Nesse sentido, entende-se que o nível de produtividade-trabalho do setor de manufaturas é maior do que o nível produtividade-trabalho do setor de serviços. Esse argumento apoia-se na ideia de que o ritmo mais acelerado do crescimento produtivo das manufaturas, frente aos demais setores da economia, provoca redução dos preços relativos dos produtos industrializados, levando a um forte estímulo à demanda desses produtos. O ritmo intenso do setor de manufaturas pode ser compreendido pela introdução de novas tecnologias e técnicas poupadoras de mão-de-obra. Outro denominador comum em relação às causas da desindustrialização é abordado por Squeff (2012), Bonelli (2005), Oreiro e Feijó (2010), Palma (2005) e Silvestre (2016): A terceirização da mão-de-obra/ produção para outros países. Aqui temos a hipótese de que países em desenvolvimento ocupariam um papel estilo montagem, intensivo em mão-de-obra, em uma complexa cadeia de valores operada por corporações internacionais multiprodutos. Essa nova cadeia seria prejudicial ao emprego industrial, principalmente pela preferência ao uso de mão-de-obra barata e não qualificada, além da concorrência gerada pela importação dos produtos oriundos dessa nova divisão internacional do trabalho.

A questão referente à doença holandesa também é um ponto de convergência entre certos autores. Squeff (2012), Oreiro e Feijó (2010), Bresser-Pereira e Marconi (2008) e Palma (2005) abordam essa questão como uma das possíveis causas da desindustrialização. Para os três primeiros, o conceito de doença holandesa está diretamente relacionado a um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes geradores de vantagens comparativas ao país detentor dessa fonte de insumos. Em função da vantagem comparativa gerada, o país pode acabar se especializando na produção destes bens e não se industrializando ou terminar se desindustrializando. Palma (2005), por sua vez, expande o conceito de doença holandesa, ao colocar que superávits em serviços, produtos primários ou qualquer outro bem não manufaturado, capazes de compensar o déficit comercial industrial seriam fontes de doença holandesa e, portanto, poderiam levar à desindustrialização.

Ao longo do segundo capítulo, buscamos adentrar o segundo objetivo específico que embasa o presente trabalho: compreender o processo de desindustrialização brasileiro. Mencionamos que os estudos que versam sobre esse assunto foram surgindo de maneira esporádica a partir de meados dos anos 2000, quando o crescimento econômico brasileiro começou a ser sustentado pela exportação de commodities e não mais pela indústria nacional. Apontamos também que, assim como o processo de desindustrialização propriamente dito, o fenômeno brasileiro não possui, na literatura uma explicação teórica unânime. Silvestre

(2016) afirma que o processo de desindustrialização brasileiro estaria em curso desde a década de 1980 e o divide em duas etapas: a primeira, ainda na década de 1980, teria sido desencadeada pelo deslocamento dos IDE para países com maior estabilidade macroeconômica e engajados com as diretrizes liberais de desregulamentação dos mercados e abertura comercial. Já a segunda etapa teria iniciado na década de 1990, com a liberalização financeira e a abertura comercial avançando o processo de desindustrialização por meio da intensificação da concorrência interna e externa, aprofundamento da financeirização das atividades econômicas e integração ao padrão de acumulação capitalista dos países avançados.

Por sua vez, Bonelli (2005) descreve o processo brasileiro por meio de três períodos onde houve redução do emprego industrial. O primeiro, do final de 1986 ao início de 1991, seria de estagnação produtiva, em grande parte relacionada à recessão do governo Fernando Collor de Mello. Segundo o autor, esse momento teria se caracterizado pela pequena absorção líquida de mão-de-obra, apesar das fortes flutuações da produção e da produtividade da mão-de-obra. O segundo período compreenderia praticamente a década de 1990 como um todo, mesmo com variações de desempenho na indústria. Durante os anos de 1990, observou-se significativa perda de postos de trabalho, o que se deveu a forte instabilidade macroeconômica e às mudanças experimentadas pela indústria, como: novas técnicas de gerenciamento da produção, modernização das técnicas produtivas, introdução de processos como o *just in time*, modificações no layout das empresas, racionalização e novas técnicas de aquisição de matérias primas. Enquanto o terceiro período estaria relacionado a uma nova mudança no padrão de absorção de mão-de-obra após a desvalorização cambial de 1999.

Os demais autores, como Nassif (2008), Oreiro e Feijó (2010), Lacerda (2013) e Bresser-Pereira e Marconi (2008) procuram explicar o fenômeno da desindustrialização brasileira, ou negá-lo, no caso de Nassif (2008), por meio de diferentes explicações teóricas perpassando aspectos como a questão da doença holandesa, impactos da política cambial e demais fatores de competitividade sistêmica. Entretanto, embora não haja unanimidade teórica em relação ao processo de desindustrialização brasileiro, o presente trabalho acredita que a pesquisa bibliográfica, aqui realizada, nos permite admitir a inequivocabilidade do fenômeno brasileiro.

Por fim, levando a cabo o último objetivo específico, qual seja identificar se houve relação entre a ascensão chinesa e a mudança na estrutura produtiva brasileira, e assim cumprindo com o objetivo geral de investigar se há relação entre a ascensão da china no

mercado internacional e o processo de desindustrialização em curso no Brasil, o terceiro capítulo buscou por meio da análise do histórico das relações sino-brasileiras, com ênfase nas relações comerciais, e da discussão teórica acerca do impacto da ascensão chinesa sobre a economia brasileira e sua estrutura produtiva, validar a hipótese de que a China teria sido apenas um agravante do processo de desindustrialização brasileiro e não uma de suas causas. Ao analisarmos o histórico das relações sino-brasileiras percebemos que desde a revolução comunista chinesa (1949) até a retomada do processo de estreitamento das relações em 1993, houve inúmeras tentativas de manutenção dos canais comerciais e diplomáticos, frustradas por conta de entraves internos e externos em ambos os países. (No Brasil, a segunda metade da década de 1980 se mostrou um empecilho ao aprofundamento das relações com a China por conta do agravamento da dívida externa, do ressurgimento de fortes pressões inflacionárias e da moratória da dívida declarada em 1987. Na China, o episódio de 1989, O Massacre da Paz Celestial, fez com que o gigante asiático se isolasse internacionalmente. O fim da Guerra Fria foi mais um obstáculo para o estreitamento da relação bilateral entre os dois países. Nesse sentido, notamos que – dado o arrefecimento das relações sino-brasileiras e o fato de que o processo brasileiro de desindustrialização nos remete a segunda metade da década de 1980 – o papel da China, nesse período, foi pouco significativo no que diz respeito a mudanças sobre a estrutura produtiva do Brasil.

No tocante às relações comerciais entre os dois países, notamos que o padrão das exportações brasileiras para a China segue a mesma tendência nos que diz respeito às exportações brasileiras para o restante do mundo. Como mencionado por Cunha (2012), a economia brasileira foi marcada por um padrão de desenvolvimento para fora, suportado pelo modelo agroexportador até o século XX. Apesar ter perdido força durante o século XX, momento em que a industrialização começou a se expandir, o modelo do século anterior retomou seu papel no século XXI, trazendo à tona a crescente dependência do Brasil em relação às exportações de produtos primários. Conforme mencionado no terceiro capítulo do presente trabalho, nos anos 2000 a soma dos produtos não classificados por intensidade tecnológica e de baixa tecnologia correspondia a, aproximadamente 40% do total exportado pelo Brasil. Em 2011 esses produtos correspondiam a 57% das exportações. Nesse sentido, percebemos o padrão de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Tratando-se de China, demonstramos que, no mesmo período, a absorção das exportações brasileiras correspondia a 1%, em 2000, passando para 15% em 2011. Fica claro, aqui, que a crescente demanda do gigante asiático por produtos brasileiros - especialmente

commodities que em 2000 correspondiam a 68% de todos os produtos destinados ao país, chegando a 84% em 2011 e 2013 – foi um agravante do processo de especialização da produção brasileira em produtos primários. Como bem aponta Demeulemeester (2015), associando-se o perfil de produção, com amplo potencial produtivo energético e de cultivo de bens primários, do Brasil com o aspecto profundamente dependente da importação de recursos naturais da China, para sustentar o seu crescimento econômico, evidencia-se o caráter de complementariedade entre os dois países, importante fator para explicar o crescimento exponencial da corrente comercial entre as duas economias. Associando os dados supracitados aos conceitos de doença holandesa, abordados ao longo do trabalho, conseguimos delinear fortes sinais de sua ocorrência no cenário brasileiro e, portanto, o aprofundamento do processo de desindustrialização, agravado pela alta demanda chinesa por produtos brasileiros de menor intensidade tecnológica. Sendo assim, confirma-se a hipótese associada a esta monografia, qual seja de que a china teria sido apenas um agravante do processo de desindustrialização brasileiro e não sua causa principal.

REFERÊNCIAS

- BONELLI, R. **Industrialização e desenvolvimento: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil**. 2005. Texto preparado para o Seminário “Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento”, patrocinado pela FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e pelo IEDI — Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. São Paulo, SP, 28 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.ecostrat.net/files/IND_E_DESEN.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. **Existe doença holandesa no Brasil?**. 2008. Trabalho apresentado ao IV Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, a ser publicado no livro *Doença Holandesa e Indústria*. Versão de 30 de março de 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.14.Existe.doen%C3%A7a.holandesa.comNelson.Marconi.5.4.08.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.
- CUNHA, A. M. et al. **China e Brasil depois da crise financeira global: comércio, finanças e estratégias de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: BNDES, 2012. (Working Paper BNDES/ANPEC, 43). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/256421889_CHINA_E_BRASIL_DEPOIS_DA_CRISE_FINANCEIRA_GLOBAL_COMERCIO_FINANCAS_E ESTRATEGIAS_DE_DESENVOLVIMENTO>. Acesso em: 04 jul. 2017.
- DEMEULEMEESTER, Julien M. **Ascensão Chinesa: uma análise de seus impactos sobre o Brasil**. 2012. 102 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/71686>>. Acesso em: 29 jun. 2017.
- FONSECA, João J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE. 2002. Disponível em: <[http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA(1).pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- LACERDA, Antônio Corrêa. **Notas sobre a desindustrialização e seus impactos no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/eitt/xi-ciclo-antonio-correa-lacerda.pdf>> Acesso em: 24 set. 2017.
- LEÃO, Rodrigo P. F.; PINTO, Eduardo C.; ACIOLY, Luciana. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_achinaglobal.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. **Estatísticas de comércio exterior**. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-mensal-2>>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- NASSIF, A. Há Evidências de Desindustrialização no Brasil?. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n.1, p. 72-96, jan./mar. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v28n1/a04v28n1.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

OREIRO, J.L.; FEIJÓ, C.A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n.2, p. 219-232, abr./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa**. São Paulo, 2005. Trabalho a ser apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento organizada pela FIESP e IEDI, Centro Cultural da FIESP. Disponível em: <https://macrodesenvolvimento.files.wordpress.com/2013/06/520-20quatro20fontes20_2_.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. De-industrialization: causes and implications. **IMF Working Papers**, Washington, n. 97/42, p. 05-37, abr.1997. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/wp9742.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

SILVESTRE, José Maurício. **Globalização e desindustrialização: o movimento internacional do capital e a crise da indústria brasileira desde a década de 1980**. 2016. 229 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/147450>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

SQUEFF, Gabriel C. Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro. **Texto para discussão/IPEA**, Brasília, n. 1.747, p. 07-50, jun. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1747.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

UNITED NATIONS COMERCE AND TRADE DATABASE - UNCOMTRADE. **Trade Statistic**. 2017. Disponível em: <<https://comtrade.un.org/data>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

UNITED CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **International trade in goods and services**. 2017. Disponível em: <<http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

VIEIRA, Flávio V. China: crescimento econômico de longo prazo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n.3, p. 401-424, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n3/a05v26n3.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.